

BALANÇO GERAL

2016

Relatório Técnico sobre
a Prestação de Contas

Volume 1



Secretaria de Estado de
Finanças



RONDÔNIA
Governo do Estado

BALANÇO GERAL - 2016

Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas

Volume 1

Secretaria de Estado de
Finanças



RONDÔNIA
Governo do Estado

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Wagner Garcia de Freitas

SECRETÁRIO ADJUNTO FINANÇAS

Franco Maegaki Ono

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

José Carlos da Silveira

DIRETORIA CENTRAL DE CONTABILIDADE - DCC

Rosilene Locks Greco

**DIRETORIA DE NORMATIZAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO FISCAL - DNAF**

Luísa Rocha Carvalho Bentes

**DIRETORIA DE GESTÃO DE SISTEMAS CONTÁBEIS -
DGSC**

Fábio Heleno Costa

CONTADORIA CENTRAL DE NORMAS

Luana Luiza Gonçalves de Abreu

**CONTADORIA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO
FISCAL**

Daniele Raiane Ribeiro da Silva

**CONTADORIA CENTRAL DE CONFORMIDADE
CONTÁBIL**

Héverton Almeida de Andrade

**CONTADORIA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA
E ATENDIMENTO AO USUÁRIO**

Gabriela Nascimento de Souza

**CONTADORIA CENTRAL DE ANÁLISE DE
DEMONSTRATIVO CONTÁBIL-FINANCEIRO**

Laila Rodrigues Rocha

ASSESSORIA DO SUPERINTENDENTE

Ednaldo Gomes de Paiva Sodré
Francimary Sena da Silva
Hilander Freitas de Almeida

ASSESSORIA DAS DIRETORIAS

Armando Paz de Mendonça
David Humberto Reyes Ortiz de La Vega
Francisco Lopes de Paiva Filho
Luiz Alberto Rodrigues
Maicon Paulino da Silva Queiroz
Marivaldo Vaz Rodrigues
Sebastião Ramires

EQUIPE FINANCEIRA

Raícilene Souza de Oliveira
Estefane Ferreira Estevam Marinho
Daiane Tavares Pereira

EQUIPE DE SUPORTE OPERACIONAL

Adriana Cristina Leite
Ana Carolina Pinto da Silva
Ana Rita de Oliveira Ferreira Silva
Aparecida Ferreira Queiroz Matos
Carlos Henrique de Jesus Lobato de Souza
Cely Oliveira de Lima
Emiliano de Sousa Marinho Filho
Henderson Acosta Bragança
Iracema Rodrigues Cataca Ramos
Jeferson Fernando Furlanetto Erpen
Jonas Santos Oliveira
Marcelo Nonato Durães
Maria Araújo Torres
Maria do Socorro Pereira Ribeiro da Mota
Maria Luiza Lopes Costa
Silas Pinho Ladislau

FOTO CAPA

Parque Estadual Corumbiara por Rosinaldo Machado

FOTOS INTERNAS

Divulgação/Portal do Governo do Estado de Rondônia
<<http://www.rondonia.ro.gov.br/portal/noticias/>>

INFORMAÇÕES

contabilidade@sefin.ro.gov.br
Fones 69 3216-5096/3223-4141

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

Centro Político Administrativo
Farquhar, s/n, Curvo III, 6º Andar
Porto Velho – RO
CEP: 76.803-470

Apresentação

Este Balanço demonstra os resultados contábeis do Estado de Rondônia no exercício de 2016 e constitui a prestação de contas de segundo ano de mandato do Excelentíssimo Governador, Sr. Confúcio Aires Moura, à Assembleia Legislativa.

Dentre as atribuições privativas do Governador do Estado está a obrigatoriedade de prestar contas anualmente, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao art. 65, inciso XIV, da Constituição Estadual.

A responsabilidade pela consolidação dos dados que compõem o Balanço Geral é da Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Estado de Finanças, núcleo técnico do órgão central do Sistema de Contabilidade do Poder Executivo Estadual.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Administração para Estados e Municípios – SIAFEM e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A consistência e a veracidade dos dados informados nesta consolidação de contas são de responsabilidade dos gestores de cada unidade administrativa estadual, dado que a aplicação dos recursos e os registros contábeis são executados sob sua administração.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência na elaboração do Balanço, procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos, contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais.

Para facilitar a visualização das informações, o Balanço Geral do Estado foi dividido nos seguintes volumes:

VOLUME 1

Relatório Técnico sobre a
Prestação de Contas do
Exercício de 2016

Apresenta os aspectos social, econômico, administrativo, financeiro e fiscal do Estado de Rondônia, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, as notas explicativas, bem como os indicadores para análise das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, procurando ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

VOLUME 2

Demonstrativos do
Balanço Geral do Estado

Apresenta os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas demais normas legais, relatórios gerenciais, os encaminhamentos das audiências públicas e o Relatório de Desempenho da Arrecadação.

O Balanço Geral foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à egrégia Corte de Contas.

Insta esclarecer que o Relatório da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão sobre as atividades desenvolvidas no período e o Relatório da Controladoria Geral do Estado seguem com a prestação de contas em volumes separados deste Balanço Geral.

Além da legislação vigente, a Superintendência de Contabilidade preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quanto aos procedimentos, às práticas, à elaboração e à divulgação das demonstrações contábeis, para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, cabe destacar a participação durante o ano de 2016 dos servidores da Superintendência e voluntários que compõem o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis – GTCON/RO. Este reúne servidores das diversas unidades gestoras visando a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão fiscal, execução orçamentária e financeira, sistemas de informação, padronização contábil e consolidação de contas públicas.

Vale ressaltar que a Superintendência de Contabilidade vem implementando de forma gradativa as referidas normas e os reflexos da convergência podem ser observados no Balanço Geral do Estado de 2016, em especial no Volume I, com destaque à implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que se deu desde janeiro de 2013, atendendo de forma antecipada à Portaria nº 828/11 da Secretaria do Tesouro Nacional, que determinava aos Entes da Federação a adoção do novo PCASP para o ano de 2014.

Procurando facilitar a visualização, a compreensão e o controle da gestão fiscal, também foram disponibilizados indicadores com análises gráficas das receitas e despesas, o que possibilita a interatividade e a comparabilidade das informações.

Com vistas a assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação, o Balanço Geral do Estado de 2016 estará disponível, na íntegra, no Portal da Transparência (www.transparencia.ro.gov.br) e no da Contabilidade Estadual (www.contabilidade.ro.gov.br).

Os volumes impressos estarão disponíveis na Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

A equipe da Superintendência de Contabilidade está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Rondônia no exercício de 2016.

Superintendência de Contabilidade

SUMÁRIO

RONDÔNIA: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS 7

O Estado 8

Aspectos Sociais 10

Aspectos Econômicos 26

Aspectos Administrativos 31

Aspectos Financeiros 36

Aspectos Fiscais 48

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 55

Balanço Patrimonial 58

Balanço Orçamentário 63

Balanço Financeiro 66

Demonstração das Variações Patrimoniais 68

Demonstrativo de Fluxo de Caixa 70

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 73

Demonstrativo da Dívida Flutuante 74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 75

1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis 76

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis 77

3 Das Alterações Metodológicas 79

4 Deduções da Receita Corrente 80

5 Balanço Patrimonial 80

6 Balanço Financeiro 80

7 Anexo 2 do Balanço Orçamentário e Dívida Flutuante 81

8 Dívida Pública - Anexo 16 da Lei 4.320/64 81

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 87

1 Indicadores do Balanço Patrimonial 89

2 Indicadores da Execução Orçamentária 91

3 Indicadores do Balanço Financeiro 92

4 Indicador das Variações Patrimoniais 93

INDICADORES DE GESTÃO 95

Receita Bruta 96

Receita Tributária - Arrecadação de Tributos Estaduais 97

Transferências Recebidas..... 98

Gasto com Pessoal - Sem encargos - Poderes..... 99

Gasto com Pessoal - Servidores Ativos - Poder Executivo 100

Pagamento de Dívida Pública 101

Despesa por Grupo de Natureza - Consolidado Geral 102

Educação e Saúde - Percentuais de Aplicação..... 103

CONSIDERAÇÕES FINAIS 105

LEGISLAÇÃO BÁSICA 109



***RONDÔNIA: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS,
ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS***



O Estado

Para compreender a grandeza dos números que serão demonstrados é recomendável, primeiramente e de forma sucinta, ter uma visão geral do Estado, seu território, sua história, seus habitantes e sua cultura.



RONDÔNIA está situado na região Norte do Brasil, fazendo fronteira com o Estado do Mato Grosso a leste, Acre a oeste, Amazonas ao Norte e República da Bolívia ao Sul.

O Estado de Rondônia possui a área de 237.576 quilômetros quadrados, o equivalente ao território da Romênia e quase cinco vezes maior que a Croácia. É formado por 52 municípios, dispostos conforme o mapa apresentado abaixo.



Sua população estimada para 2015 era de 1.768.204 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A capital e município mais populoso é Porto Velho. Rondônia tem como principais cidades Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Rolim de Moura e Vilhena.

Município	População	Área territorial (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²)
Ariquemes	105.896	4.426,57	23,92
Cacoal	87.877	3.792,95	23,17
Guajará Mirim	47.048	24.855,72	1,89
Jaru	55.806	2.944,13	18,96
Ji-Paraná	131.560	6.896,65	19,08
Porto Velho	511.219	34.090,93	15,00
Rolim de Moura	56.664	1.457,89	38,87
Vilhena	93.745	11.699,26	8,01

◀ Densidade Demográfica, estimativa populacional para 2016
Fonte: IBGE

Fonte: IBGE

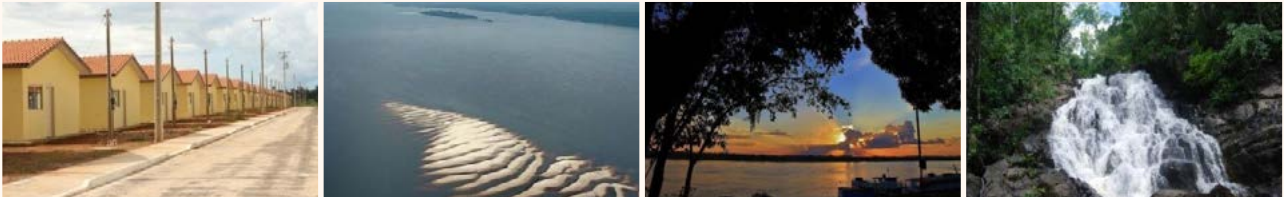
A densidade demográfica do Estado é de 7,52 habitantes por quilômetro quadrado. Rolim de Moura se destaca como o município de maior densidade demográfica.

Mesmo considerado um Estado jovem, criado em 1982, figura como o terceiro estado mais rico da região Norte, responsável por 11,7% do PIB da região.

É ainda o terceiro melhor no Índice de Desenvolvimento Humano, o segundo maior PIB per capita, a segunda menor taxa de mortalidade infantil e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país, além da segunda maior teledensidade do Brasil.

Rondônia registra a menor incidência de pobreza, o melhor desempenho na avaliação do PISA 2009, entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste, a quarta melhor distribuição de renda de todo o Brasil e o melhor fora da Região Sul do país.

No sítio do Estado de Rondônia (<http://www.ro.gov.br>) são encontrados dados mais abrangentes sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os seus atrativos turísticos.



Aspectos Sociais

Saúde

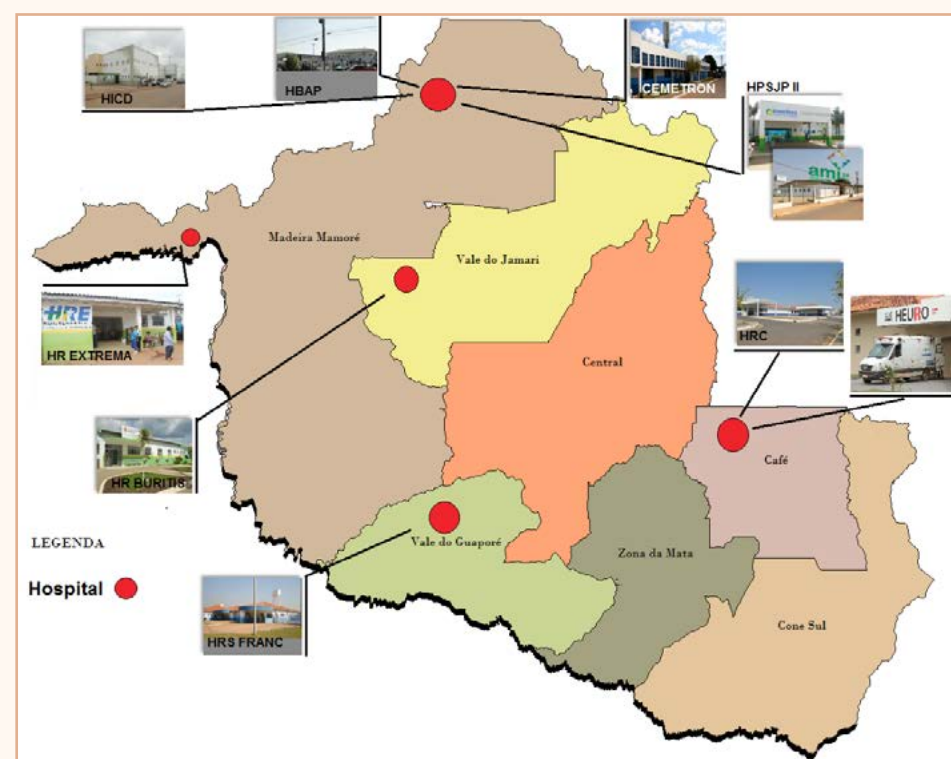
Em 2016, foram aplicados R\$ 684 milhões na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de saúde, proporcionando mais conforto e qualidade à população rondoniense.

Foram gastos, no mesmo período R\$ 522 milhões com a folha de pagamento dos servidores da saúde, apresentando variação positiva de 7,41% em relação ao ano anterior (R\$ 486 milhões em 2015).

O planejamento da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), teve sua execução nas macro diretrizes do Plano Estadual de Saúde (PES) 2012 a 2015 e nos Planos Plurianuais relativos aos períodos 2016 a 2019. O planejamento da Secretaria de Estado da Saúde está alinhado às Macro Políticas Estaduais do Governo do Estado de Rondônia, aos Planos Estratégicos de Governo (2016 a 2020) e ao Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (2015 a 2030).

Rede de Assistência Hospitalar

A Rede Hospitalar própria da SESAU/RO é constituída por 9 hospitais, que juntos, totalizam 1.405 leitos, acrescidos de 127 leitos contratualizados, perfazendo um total de 1.532 leitos SUS.



Rede Hospitalar Própria da SESAU, 2016.

Fonte: Cnes/Unidade Hospitalar. Dados acessados em 09.01.2017.



Entre o período de 2010 a 2016, houve aumento de 535 leitos, com incremento de 53,66%.

A ampliação no Estado também contemplou leitos de UTI/UCI (18,14% do total de leitos), objetivando a desconcentração dos mesmos, antes centrados na capital, buscando a regionalização dos serviços intensivistas. Esta ação viabilizou maior acessibilidade aos serviços de alta complexidade, proporcionando manutenção da vida e recuperação da saúde de pacientes graves, que necessitam de um acompanhamento mais intensivo do seu estado de doença.



O Serviço de Assistência Multidisciplinar Domiciliar – SAMD, integrado aos hospitais HPSJP II, HBAP e Cemetron, constituído por serviço multiprofissional (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, auxiliares e técnicos de enfermagem), atendeu, durante o ano de 2016, 274 pacientes em domicílio.

O investimento realizado nas unidades hospitalares foi determinante para a melhoria dos indicadores hospitalares, o que pode ser mensurado pela redução da média de permanência e da taxa de ocupação, o que reflete na melhor gestão do leito e resolubilidade das unidades.

LEPAC



Inaugurado em o Laboratório Estadual de Patologia e Análises - LEPAC, com capacidade para realização de dois mil exames por hora.

O LEPAC pode realizar 147 (cento e quarenta e sete) tipos de exames, dos quais 69 (sessenta e nove) eram realizados, até então, fora do Estado o que levava, em média, 7 (sete) a 15 (quinze) dias para conclusão dos resultados, tempo que caiu para 4 (quatro) horas.

O Laboratório conta com um sistema automatizado que começa desde a coleta, que sai da unidade onde o paciente foi atendido com o código de barra, sendo rastreado até o laboratório.

A equipe laboratorial conta com 45 (quarenta e cinco) profissionais, dos quais 20 (vinte) deles possuem nível superior completo, entre biomédicos e bioquímicos. O restante da equipe técnica está sendo devidamente treinada.

Lactário



O Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, em Porto Velho, passou a contar, a partir de maio de 2016, com estrutura física adequada para fazer a manipulação e distribuição de alimentação especial destinada a pacientes submetidos a cirurgias complexas, como as cardíacas e transplantes, que estão ou não na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e para bebês em situação de risco.

É o lactário, construído para atender padrões de assepsia e higienização, e resulta também de investimentos que passaram pela compra de alimentos especiais, equipamentos, contratação de novos funcionários e capacitação da equipe de nutricionistas e técnicos de nutrição.

Segundo a Coordenadoria Estadual do Serviço de Nutrição Hospitalar, são preparadas no novo espaço 700 dietas enterais, suplementos e formulas infantis, atendendo demandas dos pacientes do Hospital Cosme e Damião e Hospital de Base. Dietas enterais são utilizadas para restabelecer nutrientes em pacientes desnutridos, administradas mediante sonda ou via oral.



Educação

Em 2016, foram aplicados aproximadamente R\$ 1,363 bilhão (despesas de custeio e investimentos) na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de ensino, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos mais de 117 mil alunos que estudam nas 440 unidades escolares da rede pública estadual de ensino.

Dentre os programas/projetos prioritários da Secretaria de Estado da Educação, no ano de 2016, destacam-se:

- **Correção de fluxo**

- Projeto Salto - 6º ao 9º ano: 81 escolas aderiram ao projeto, com 130 turmas e 130 professores, 3.074

alunos atendidos e 16 Coordenadorias Regionais de Educação envolvidas no processo, atendendo 37 municípios.

- Projeto Salto - Ensino Médio: 30 escolas aderiram ao projeto, com 35 turmas e 35 professores, 1.028 alunos atendidos e 12 Coordenadorias Regionais de Educação envolvidas no processo, atendendo 19 municípios.

- Projeto Se Liga - 1º ao 5º ano: 69 escolas aderiram ao projeto, com 75 turmas e 75 professores, 1.621 alunos atendidos e 16 Coordenadorias Regionais de Educação envolvidas no processo, atendendo 33 municípios.

- Projeto Acelera – 1º ao 5º ano: 91 escolas aderiram ao projeto, com 107 turmas e 107 professores, 1.242 alunos atendidos e 16 Coordenadorias Regionais de Educação envolvidas no processo, atendendo 33 municípios.



- **Valorização profissional**

- Reformulação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR: Lei Complementar nº 867, de 12 de abril de 2016.

- Avaliação de desempenho: Sistema em desenvolvimento.

- Formação Continuada: 1.900 professores e equipe gestora das escolas capacitados por meio de oficinas pedagógicas, sendo o seguinte número de atendimentos por área: 864 de Linguagens, 66 de Matemática, 124 de Ciências da Natureza, 181 de Ciências Humanas, 278 de equipe gestora das

escolas, e 387 dos anos iniciais.

- Doutorado: 5 servidores da Educação.

- Mestrado: 25 servidores da Educação.

- 2ª Licenciatura aos professores, das seguintes áreas: Letras/Português, Geografia, Filosofia, Educação Física e Pedagogia.

• **Mediação Tecnológica**

Foram contempladas 85 (oitenta e cinco) escolas com o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica, atendendo 90 (noventa) turmas e envolvendo 2.000 (dois mil alunos) em todo o estado de Rondônia, destacando que, na implantação, o atendimento foi para alunos do 1º ano do Ensino Médio.

• **Educação Integral**

Em 2016, trabalhou-se o Projeto Ensino Médio Integral com 176 alunos, de 03 municípios e CREs, envolvendo 42 professores com a ampliação para 8 horas de tempo na escola. Com o Projeto Guaporé, tivemos 17 escolas em 10 municípios, envolvendo 280 professores e 14.682 alunos. envolvendo 42 professores com a ampliação para 8 horas de tempo na escola.



Cabe a observação de que a Educação Integral está em processo de reformulação, diante das diretrizes do Ministério da Educação com a instituição do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, em razão da Medida Provisória nº 746/2016.

O Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, aderiu ao Programa e, no ano de 2016, uma equipe de implantação atuou para a apropriação das bases do modelo para essas escolas em tempo integral, considerando a Portaria nº 1.145/MEC, de 10 de outubro de 2016, bem como todos os conceitos pedagógicos e de gestão, para a ampliação da jornada escolar e uma formação integral e integrada.

Houve também a reformulação do Programa Mais Educação, agora denominado Programa Novo Mais Educação, instituído pela Portaria nº 1.144/MEC, de 10 de outubro de 2016, com proposta

também de ampliação da jornada no Ensino Fundamental e de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e com o desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer.

• **Educação Profissional**

- Criação do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP pela Lei Complementar nº 908, de 6 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a Política Profissional do subsistema Público de Educação profissional do Estado de Rondônia.

- Processo em tramitação para contratação de empresa especializada em Educação Profissional.

- Realização de pesquisa para diagnóstico da demanda à educação profissional, por meio do Projeto Capacita Rondônia, levando em consideração os arranjos produtivos locais.

• **Centros de treinamento de esporte escolar**

- Projetos pilotos em andamento no ano 2016, em Porto Velho, nas Escolas Marcelo Cândia (Marcos Freire) e João Bento da Costa, com aproximadamente 400 alunos da rede pública atendidos.

- Aquisição de materiais, equipamentos e uniformes esportivos para os centros em processo de licitação.

- A minuta do Projeto de Lei foi finalizada e está em fase de análise pela comissão interna da SEDUC (DGE, CRH, DAF, PGE Interna e Obras), com previsão de envio para a Assembleia Legislativa após o recesso da referida casa de leis.

- Projeto de adequação de quatro escolas pontos, aguardando recurso para licitação das obras.



• Planejamento e Desenvolvimento da Educação

Vale ressaltar que as ações da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC estão sendo planejadas e executadas para o atendimento das metas do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação, em consonância ao Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia - PDES 2015-2030, especificamente à Diretriz II, do Bem-estar social.



Ainda, ao Plano Estratégico do Governo do Estado, denominado Rondônia de Oportunidades/2016-2020, estando a Secretaria de Estado de Educação voltada à contemplação da perspectiva estratégica do Bem-estar social (do PDES) e da área de resultado Educação e Cultura transformadoras, especialmente para o alcance das metas do projeto Alicerce do futuro.



Em 2016, a Secretaria de Estado da Educação trabalhou seus planos de ação com base no Plano Estratégico da SEDUC, instrumento elaborado coletivamente e que será norteador ao período de 2016-2020.

Educação Sanitária – Vigilantes Sanitários Mirins

Os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João VI, em Colorado do Oeste, participam do projeto de formação de Vigilantes Sanitários Mirins, chamado de Produtores do Futuro, promovido pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON) em parceria com a escola.



O projeto consiste em duas palestras mensais até o término do ano letivo.

Na oportunidade, os alunos receberam um caderno, doado pela SEDUC, para anotarem sobre o nascimento dos bovinos, o que auxiliará os produtores no gerenciamento de suas propriedades e diminuirão os equívocos cometidos por estes produtores no momento de declararem as vacinações de brucelose e febre aftosa.

• Instituto estadual de educação abaitará

Criado em Outubro de 2013, o Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará já é referência no Estado de Rondônia, possuindo uma grade curricular diferenciada para os alunos que o frequentam, com ênfase nas atividades desenvolvidas no campo, conciliadas às principais disciplinas do Ensino Médio.



O Instituto Abaitará, localizado no Km 32 do município de Pimenta Bueno, tem a função de qualificar o jovem no campo, sendo, certamente, um dos grandes feitos da atual gestão.

Os 115 alunos atendidos em 2016 pelo projeto moram na escola, uma vez que o ensino é em tempo integral, e desenvolvem atividades típicas do campo como o preparo da terra e a colheita das hortaliças, tudo sob orientação do professor e coordenador de campo, além da piscicultura e a fruticultura.

Em 2016, foi promovida a reforma e ampliação da estrutura Instituto, expandindo a capacidade a partir de 2017 para 320 alunos.

O leite utilizado na alimentação dos alunos é produzido no próprio Instituto oriundos da reprodução de 18 vacas e 01 touro adquiridos recentemente por meio de leilão eletrônico.

O Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará formou, em maio de 2016, a primeira turma do Curso Técnico de Agroecologia, com 56 formandos, que agora estão aptos para o mercado de trabalho.



Todos os formandos do Abaitará estão credenciados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia (CREA) e vão responder tecnicamente por suas áreas de atuação profissional.



Segurança Pública

Em 2016, foram aplicados aproximadamente R\$ 814 milhões (despesas de custeio e investimentos) na melhoria da estrutura física e manutenção da rede de segurança pública do Estado de Rondônia.

No acompanhamento de ocorrências policiais registradas, no exercício, o grande destaque foi a redução de acidentes de trânsito com vítimas fatais ou lesionadas (-10% e -17%), reflexo das ações preventivas do Estado.



O efetivo conta com aproximadamente 8.600 servidores estaduais voltados para a manutenção e controle da ordem pública, defesa civil, atendimentos de emergência, prevenção da criminalidade, redução dos indicadores de violência nas áreas urbana e rural e a redução do tempo de resposta em atendimentos de urgência.



Destaca-se, entre as ações de 2016, a formação de novos servidores, realização de concurso público e admissão para as Polícias Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar e entrega de duas novas Unidades de Segurança Pública.

Ressalta-se, em 2016, a implantação de uma fábrica de manilhas em Porto Velho, uma parceria do

Governo de Rondônia com a prefeitura da capital, visando o asfaltamento urbano apontado como uma das prioridades para a melhoria da infraestrutura da cidade. A produção utiliza a mão de obra de reeducandos num projeto de ressocialização em parceria com a Secretaria de Justiça (SEJUS).

A estrutura da fábrica de manilhas foi montada na área da Fazenda Futuro, atrás do sistema prisional, impulsionando o projeto do Governo de Rondônia voltado à ressocialização de apenados. As manilhas são utilizadas para drenagem das ruas de Porto Velho.



Turismo

Rondônia é o segundo Estado mais jovem do Brasil. Graças às suas manifestações culturais e belezas naturais, se tornou também um grande atrativo para o turismo brasileiro, em especial, para o ecoturismo. Rica em fauna e flora, a região encanta os visitantes que apreciam visitas a patrimônios históricos ou aventuras mais radicais.



De trekkings pela Floresta Amazônica ou no pantanal rondoniense a mergulhos e rapel, a região, que foi palco da série Global “Mad Maria”, é um cenário abençoado pela natureza.

Em apresentação, o Estado divide-se em dois pólos turísticos: Porto Velho e Guajará Mirim.

O Pólo Turístico de Porto Velho é o ideal para quem busca, num passeio, desfrutar desde um turismo histórico-cultural até a pesca e o ecoturismo em bases comunitárias. Em termos de aventura, as corredeiras do Rio Machado são especiais para a prática do rafting - níveis II a V, da canoagem e do bóia-cross.

O rio também é próprio para a pesca esportiva e possui boas opções de pousadas e hotéis para hospedagens integradas à natureza. A descida pelas corredeiras do rio é o grande atrativo em função da beleza do local, aliada à emoção do percurso cheio de corredeiras. Ressalte-se, ainda, o Último Tombo do Rio Machado, cachoeira visitada diariamente por turistas de todo o mundo.



O Pólo Guajará Mirim destaca-se pela pesca esportiva no Rio Mamoré e nos seus afluentes, pelas trilhas dentro da Floresta Amazônica, pelas visitas a comunidades caboclas e indígenas e pela visita à Bolívia para compras e hospedagem integrada à natureza.

Com sua beleza única, em função da fauna e da flora, é possível fazer um rapel de 120 metros num paredão na cordilheira dos Pacaás Novos, até o rio que leva o mesmo nome, lugar ideal para um mergulho em meio aos peixes da região.

Qualidade de Vida

Uma das características marcantes da atual gestão está na qualidade de vida.



Neste aspecto, destaca-se o Plano Futuro, com investimento de R\$ 1 bilhão pelo Governo de Rondônia, destinado a mais de 300 mil rondonienses que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, incluindo as famílias moradoras da região do Vale do Guaporé e as

famílias extrativistas das reservas. O programa vai executar diversos projetos que contemplam ações de transferência de renda, acesso aos serviços públicos, inclusão produtiva e tecnológica, além do reforço a programas de enfrentamento à violência e à exploração sexual, à prevenção e ao combate do uso de drogas e à erradicação do trabalho infantil.



Os principais programas e ações do Plano Futuro são o Bolsa Futuro e o Bolsa Futuro Jovem. O Bolsa Futuro é Parceria do Governo do Estado, por meio da SEAS, com o Ministério do Desenvolvimento Social, visando erradicar a extrema pobreza no estado de Rondônia por meio da transferência de renda, elevando a renda de mais de 35 mil famílias que vivem hoje com menos de R\$ 70,00 per capita/mês. Através desta iniciativa, o Governo do Estado vai complementar a renda do beneficiário do Programa Bolsa Família com valores que variam de R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). São beneficiários aqueles que, mesmo após receberem o benefício do Bolsa Família, continuam na linha da

extrema pobreza. Já o Bolsa Futuro Jovem é uma parceria da SEAS com a SEDUC e com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade da população rondoniense. Manter sistema educacional regular aos jovens de 15 a 21 anos para concluírem o Ensino Médio, concedendo bolsas que serão depositadas anualmente em conta-poupança (R\$ 1.800,00 ao final de 3 anos), ao aluno beneficiário devidamente aprovado no ano letivo, como incentivo financeiro para as populações vulneráveis às drogas e à criminalidade, atendendo prioritariamente ao público extremamente pobre.



Parque Bosque do Madeira

Inaugurado em 2016, no município de Ouro Preto do Oeste, o Parque Bosque do Madeira enche os frequentadores de orgulho. A obra, que custou cerca de R\$ 4 milhões e faz parte do Programa Canais da Cidadania, do governo de Rondônia, é um marco na vida da cidade, que, além do agronegócio, tem forte vocação para o turismo.



Por estas e outras razões, muita gente foi à inauguração num dia comum de trabalho. Crianças, que utilizavam o parque antes que ele fosse entregue oficialmente para uso estavam à vontade. Idosos aproveitaram o aglomerado para rever amigos, pois também circulam diariamente pelo local.

O espaço ganhou quiosques com bancos, área com brinquedos para crianças, pistas de skate, quadra de futebol soçaite, academias de ginástica tubular e rústica, três mil metros de pista para caminhada e ciclovias, entre outros aparelhos.

Morada Nova



Programa destinado tanto para a construção de casas populares, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, como para a construção de casas populares nas áreas urbana e rural. A meta é superar as 5.359 unidades destinadas para Rondônia nos três anos de execução. **Outros destaques são:** os Restaurantes Comunitários, a Nota Legal Rondoniense e o Morada Legal.

Orgulho do Madeira

O Governo do Estado promove o maior programa habitacional da história de Rondônia. Em Porto Velho, são 12.189 moradias destinadas às famílias de baixa renda, dessas, já foram entregues 1.680 apartamentos no Residencial Orgulho do Madeira, localizado no bairro Mariana, na Zona Leste. Os beneficiários contemplados com os apartamentos receberam moradias de ótima qualidade em

condomínios com toda infraestrutura urbana, ruas asfaltadas, calçadas com gramado, estação de tratamento de água, rede de esgoto e iluminação pública.



Além da infraestrutura dos condomínios o Governo de Rondônia investiu também na infraestrutura do entorno dos Residenciais Orgulho Madeira e Porto Belo de I a IV, onde o Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER) fez a abertura, alargamento da galeria de concreto, calçadas, gramado e a pista duplicada da Rua Osvaldo Ribeiro.

Para distribuir melhor o fluxo de entrada e saída de pessoas e veículos nos Residenciais Porto Belo de I a IV o DER abriu um novo acesso, que já está pavimentado, com calçadas e gramado, além de iluminação pública instalada.

Para muitas famílias, ter a casa própria se tornou realidade. Elas comemoraram o recebimento dos imóveis e o anúncio dos serviços que darão qualidade de vida, incluindo segurança pública e internet de boa qualidade e gratuita. A ansiedade que se transformou em sorrisos fartos, especialmente a aqueles que perderam as habitações na enchente histórica de 2014, idosos e portadores de deficiência física.



Aspectos Econômicos

A economia do estado de Rondônia tem como principais atividades a agricultura, a pecuária, a piscicultura, a indústria alimentícia e o extrativismo vegetal e mineral.

Na última divulgação do PIB dos Estados pelo IBGE, o de 2014, Rondônia ocupou a 23ª colocação entre os Estados, com 0,6% de participação do Produto Interno Bruto Nacional. Registrou a importância de R\$ 27,8 bilhões, um crescimento de 3,7% em relação ao ano anterior, enquanto que o nacional foi de apenas 0,5%. Ademais, entre 2002 e 2014 o crescimento registrado do PIB do Estado foi de 85,2%, o quinto maior crescimento percentual do país.

Sua participação no PIB brasileiro passou para 0,6% e de 11,0% da Região Norte em 2014.

Região/Unidade Federada	PIB (1.000.000 R\$)	PIB por capital (R\$)	◀ PIB dos Estados em 2014 Fonte: IBGE
Brasil	5.778.953	28.500,24	
Norte	308.077	17.879,20	
Rondônia	34.031	19.462,61	
Acre	13.459	17.034,15	
Amazonas	86.669	22.373,36	
Roraima	9.744	19.608,40	
Pará	124.585	15.430,53	
Amapá	13.400	17.845,34	
Tocantins	26.189	17.495,94	
Nordeste	805.099	14.329,13	
Sudeste	3.174.691	37.298,57	
Sul	948.454	32.687,15	
Centro-Oeste	542.632	35.653,48	

Quanto ao PIB per capita, Rondônia está na décima quarta colocação do País, com R\$ 19.462,61 em valor, ocupando, ainda, a terceira colocação na Região Norte.

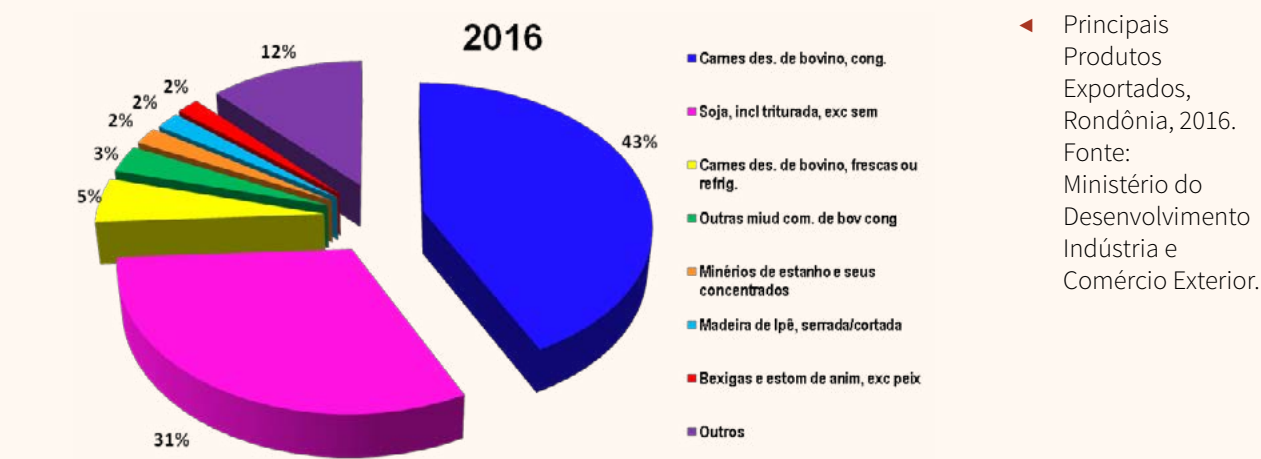
Em relação à exportação, em 2016, Rondônia apresentou decréscimo de 10,7%, em relação ao exercício anterior, quando comparado à moeda americana, tendo como principais produtos os descritos no quadro a seguir.

Produtos Exportados de Rondônia	2016 US\$
Carnes des. de bovino, cong.	373.316.470
Soja, incl triturada, exc sem	276.592.724
Carnes des. de bovino, frescas ou refrig.	43.465.617
Outras miud com. de bov cong	26.639.871
Minérios de estanho e seus concentrados	17.184.174
Madeira de Ipê, serrada/cortada	16.858.697
Bexigas e estom de anim, exc peix	15.747.420
Outros	107.102.201
Total	876.907.174

◀ Exportação Brasileira - Rondônia, 2016
Fonte: MDICE.

Da pauta de exportação, destaca-se a carne bovina e seus miúdos, soja e minérios de estanho bruto e seus concentrados.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos principais produtos exportados por Rondônia em 2015.



Os produtos bovinos representam mais de 50% de toda a pauta de exportação rondoniense, destacando-se, especialmente a categoria de carne desossada. Com 13,196 milhões de cabeças de gado no pasto e com abate de nada menos de 1,3 milhão de cabeças de boi gordo por semestre, Rondônia perpetua-se como um modelo de economia estável, cujos projetos vêm respondendo em grau de semelhança com as expectativas tanto da gestão estadual quando dos produtores, na contramão da situação econômica nacional.

Produção de Rondônia em Destaque

Rondônia desponta no cenário nacional por ser o primeiro a receber a licença do IBAMA para criação de pirarucu em cativeiro.

Já figura como o maior produtor de tambaqui em cativeiro no país, crescendo cerca de 300% nos últimos anos, em resposta à política de fortalecimento da cadeia produtiva de peixes.

A produção era de cerca de 10 mil toneladas e a meta para os próximos anos é a de que o Estado passe de 80 mil toneladas de pescado por ano.



Sobreleva-se dizer, ainda, que Rondônia registra:

- a abertura de mais de 13 mil novas empresas por ano;
- ser o 5º maior exportador de carne do país;
- deter o 7º maior rebanho de corte;
- setor industrial em fase de expansão;
- ocupar a 3ª posição na Região Norte em produção de grão, sendo o 1º de café e feijão, 2º de soja, milho e cacau, 3º de arroz e banana e o 4º de mandioca;
- reestruturação, capacitação de empreendedores e certificação de mais de 450 agroindústrias familiares; deter o maior índice da Região Norte de regularização rural.

A agricultura familiar de Rondônia contempla apenas um quarto da parte do território agricultável do Estado. Mas, apesar disso, em comparação a outros estados do Norte, ela está à frente como o estado campeão da agricultura familiar da região.

De acordo com o último Censo Agropecuário, são mais de 75 mil estabelecimentos de produção familiar. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater-RO) o estado possui 90 mil agricultores familiares e, desses, 65 mil recebem assistência técnica. As principais atividades desenvolvidas por eles são a produção de leite, com 35 mil produtores, que mantêm uma produção média de até 100 litros de leite em cada propriedade.

A cafeicultura está em segundo lugar, com 22 mil agricultores. Com as melhorias genéticas dos grãos, surgiram variedades mais produtivas, como os clonais, que dão a possibilidade de os produtores colherem até 150 sacas por hectare. Já em terceiro lugar está a apicultura. Com base familiar, são 10

mil agricultores envolvidos nessa produção, com destaque para o peixe tambaqui.

A produção de café e a pecuária são favorecidas pelo solo, pelo clima e vegetação região que chove muito e que garante uma pastagem de pelo menos oito meses por ano.



O café tradicional de semente é bem diferente do tipo clonal. Enquanto o primeiro, a semente deve ser plantada, o clonal vem de uma muda geneticamente modificada, a conilon, que consegue absorver melhor a adubação garantindo maior produção e melhor qualidade do café.

No entanto, o clonal precisa de mais irrigação que o café normal para criar sua proteção climática, principalmente na seca. Em Rondônia, a conilon, muda plantada pelos agricultores, é reproduzida na própria região em viveiros comuns credenciados pela Emater-RO.



Em solenidade de janeiro de 2016, no município de Rolim de Moura, o Governo de Rondônia entregou 300 mil mudas de café clonal para os produtores de café cadastrados junto EMATER para melhorar a quantidade e qualidade da produção de café no Estado, destacando-se a importância dessas mudas no resultado da produção maior em áreas menores e o tempo menor para a colheita de um café de primeira qualidade.

Rolim de Moura recebeu 45 mil mudas de café clonal e os restantes foram distribuídos para os

municípios de Alto Paraíso, Buritis, Machadinho do Oeste, Monte Negro, Mirante da Serra, Ouro Preto do Oeste, Vale do Arari, Vale do Paraíso, Cacoal, Parecis, Cabixi, Corumbiara e Nova Mamoré.

Há que se ressaltar, ainda, as plantações de Eucalipto no Estado.



Atualmente plantar floresta é um excelente negócio em longo prazo e garante ganhos financeiros acima da média, especialmente ao pequeno produtor, que deve iniciar esse novo modelo econômico sem que a atividade desenvolvida no sítio seja afetada.

Esta afirmação ecoa dos principais plantadores de floresta nas regiões de Pimenta Bueno, Vilhena, Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste, que buscam mais parceiros na construção de um cinturão verde nas áreas degradadas.

Toda a produção do eucalipto produzido na região tem endereço certo para venda: a usina termelétrica movida à biomassa.



Aspectos Administrativos

AGIR

No âmbito administrativo, insta enaltecer o trabalho das Agendas Integradas de Resultados – AGIR empreendido pela Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, mantendo a Governadoria em constante monitoramento dos projetos prioritários de governo, nas áreas de: educação; saúde e saneamento; defesa e prevenção social; assistência social; emprego e renda; negócio; sustentabilidade; e gestão pública. Norteadas pelo Planejamento Estratégico (PE) do Governo do Estado de Rondônia, as AGIRs observam os seguintes objetivos:

- 1) Monitorar sistematicamente o alcance das metas e andamento dos projetos e ações prioritárias de forma proativa;
- 2) Identificar eventuais gargalos de processos que possam impactar nos resultados;
- 3) Focar na resolução de problemas críticos;
- 4) Subsidiar o Governador e Secretários na tomada de decisão.

A AGIR é composta de dois tipos de reuniões organizadas pelo Escritório de Gerenciamento de Programas e Projetos – EGPP/SEAE:

- a) Reuniões de Assessoramento – com os gerentes e técnicos envolvidos com os projetos prioritários, a fim de sanar dúvidas acerca da alimentação do Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos (SGPP) e demais esclarecimentos sobre os projetos.
- b) Reuniões de Monitoramento – com o Governador do Estado, os gerentes dos projetos prioritários e os respectivos Secretários.

PIDISE

O Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia – PIDISE tem por objetivo aumentar a capacidade de investimentos do Estado nas áreas consideradas estratégicas, principalmente saúde, educação, segurança pública e gestão, além de atuar como instrumento de integração entre os órgãos do setor público e privado.

Os recursos financeiros tomados pelo governo do Estado somam o valor de R\$ 450.843.366,00, oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para aplicação nas seguintes diretrizes: modernização da Gestão, Potencialização do Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inclusão Social

Entre as principais realizações empreendidas ou iniciadas em 2016 do PIDISE, destacam-se:

- Construção dos Centros de Referência de Prevenção e Atenção à Dependência Química- CREPAD de Cacoal e Vilhena;

- Construção do Complexo Desportivo de Esporte e Lazer – CEDEL de Buritis;
- Construção das UNISPs de Pequeno Porte de Alvorada D'Oeste, Buritis, Colorado Do Oeste, Cujubim, Espigão Do Oeste, Jarú, Machadinho D'Oeste, Nova Brasilândia, Ouro Preto D'Oeste e Rolim De Moura;
- Construção das UNISPs de Grande Porte de Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho - Centro, Porto Velho - Leste, Porto Velho - Sul e Vilhena;
- Construção dos Subgrupamentos dos Bombeiros de Rolim De Moura e Vilhena;



UNISPs Inauguradas em 2016

- Construção e Reforma das Agências de Rendas de Guajará-Mirim, Ouro Preto D'Oeste, Pimenta Bueno e Presidente Médici;



Agência de Rendas de Ouro Preto D'Oeste

- Construção da Escola Carlos Gomes de Cacoal;
- Reforma e Ampliação das Escolas: Abaitará de Pimenta Bueno, Anísio Teixeira - Porto Velho, Fernanda Souza de Paula de Espigão D'Oeste, Deputado Genival Nunes da Costa de Vilhena,

Juscelino Kubitschek De Alta Floresta D'Oeste; Escola Risoleta Neves – Porto Velho, Escola Humbeto de Campos de Alvorada D'Oeste, Margarida Custódio De Souza de Ouro Preto D'Oeste, Luiz Carlos de Paula Assis de Vilhena, Olga Dellaia de Jarú, Flora Calheiros – Porto Velho;

- Construção das Escolas Indígenas Ricardo Franco de Guajará-Mirim, Rio Branco de Alta Floresta D'Oeste, Tanajura de Guajará-Mirim e Tubarão Latundê de Chupinguaia;



Escola Carlos Gomes de Cacoal e Escola Indígena Tanajura de Guajará-Mirim

- Reforma e Ampliação do Ginásio Cláudio Coutinho – Porto Velho/Ro;
- Reforma Geral e Ampliação do Centro de Ensino Educação Jovens e Adultos - CEEJA de Alta Floresta D'Oeste;
- Implantação da Infovia Governamental em Porto Velho e Ariquemes.

SEFIN e Tecnologia

A conjuntura econômica do país impõe aos estados a necessidade de arrecadar e gastar com eficiência. Rondônia frequenta há algum tempo a seleta lista dos entes da federação que têm as contas em dia e para isto a Secretaria de Finanças (Sefin) investe em tecnologia para atender bem quem tem tributos a pagar. Uma das inovações é o Domicílio Eletrônico, que faz migrar para o campo digital as comunicações com o contribuinte.

Na prática, o Domicílio Eletrônico é um sistema, similar ao e-mail, instalado no Portal do Contribuinte. Nele, a Sefin posta as comunicações que precisa fazer, inclusive as notificações. Assim, correspondências físicas passam a fazer parte do passado.

O contribuinte usa o seu certificado digital para acessar as informações, de forma econômica e ágil.

Transparência

Classificado com nota 10 no Ranking Nacional da Transparência, o Estado de Rondônia comemora o resultado do esforço que vem fazendo para executar seu projeto de gestão que privilegia o zelo e a lisura com a coisa pública, ao mesmo tempo em que se desdobra para produzir atos modernos que estejam à altura das exigências e necessidades da população rondoniense.

O Governo do Estado entende que ser justo e transparente é obrigação de todos aqueles que administram ou guardam recursos públicos, conforme previsão constitucional, mas ser destacado com nota máxima, realmente nos enche de satisfação e orgulho.

Gestão Contábil

Após um longo processo de construção e amadurecimento empreendido desde 2013, em 12/12/2016 foi instituído o Sistema de Contabilidade do Poder Estadual, com a edição da Lei Complementar Estadual n. 911/2016. Com efeito, tal atividade essencial ao Estado passou a ser estruturada e regulamentada, promovendo a valorização da carreira do Contador e a modernização da contabilidade pública no âmbito do referido Poder.



Ademais, entre as demais conquistas da Superintendência de Contabilidade de 2016, destacam-se:

- Criação de dois novos relatórios gerenciais: o de Acompanhamento do Superávit/Déficit financeiro e o de Acompanhamento da Arrecadação da Receita para atendimento a IN nº 48/2016 TCE-RO;
- Promoção do 1º Ciclo de Treinamento para novos usuários do SIAFEM;
- 1ª Edição do Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis - MCDC;

- Edição do Decreto nº 21.522/2016 - que alterou prazo para entrega da conciliação contábil de contas bancárias até o dia 08 de cada mês, viabilizando o maior acompanhamento da situação financeira do Estado;

- Edição da Instrução Normativa nº 001/2016 - Estabelece e disciplina os procedimentos de conciliação, controle e registro contábil da movimentação financeira das contas bancárias das Unidades Gestoras do Poder Executivo;

- Aquisição de 35 novos computadores para atendimento aos usuários da Superintendência de Contabilidade;

- Migração do Sistema de BI da estrutura da DETIC para a SEFIN;

- Criação nova funcionalidade para Conciliação Bancária no SIAFEM;

- Implementação de OR (OB de Regularização) no SIAFEM;

- Implementação de ER (Entrada de Recurso) no SIAFEM;

- Capacitação dos servidores na ferramenta Net-Diver.



Aspectos Financeiros

Panorama Geral

O ano de 2016 foi marcado por uma grande retração da atividade econômica no País, acompanhada de aumento da inflação, incerteza dos mercados, diminuição de investimentos e redução do consumo das famílias, mostrando que a economia brasileira está em recessão.

Em Rondônia, para minimizar os efeitos dessa recessão e evitar o desequilíbrio das contas públicas, diferentes ações foram empreendidas não apenas em termos econômicos e financeiros, mas também na gestão administrativa e fiscal.

As principais ações envolveram a qualificação dos gastos públicos, o contingenciamento de despesas, a revisão de contratos, a extinção e a reorganização de Secretarias.

Assim, mesmo diante de dificuldades, Rondônia conseguiu prosseguir dar continuidade nas políticas públicas, os resultados alcançados refletem no esforço constante de supervisão da administração, incorporado as suas práticas de planejamento e gerenciamento intensivo.

Planejamento Orçamentário

O Planejamento do setor público estadual é consolidado a partir de três instrumentos,conforme determina a Constituição Federal de 1988:

- 1) Plano Plurianual(PPA);
- 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO);e
- 3) Lei Orçamentária Anual(LOA).

Para o ano de 2016, o sistema orçamentário do Estado foi estruturado da seguinte forma:

PPA 2016-2019	LDO-2016	LOA-2016
Lei nº 3.647 06/11/15 Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.	Lei nº 3.597 22/07/15 Orientou a elaboração do orçamento de 2016, definindo prioridades e metas.	Lei nº 3.745 23/12/15 Estimou a receita e fixou a despesa de 2016.

A Lei Orçamentária Anual estimou as receitas e fixou as despesas do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2016, de acordo com as prioridades do PPA e com as regras estabelecidas pela LDO.

Receitas

Em 2016, a receita bruta prevista na Lei do Orçamento foi de R\$ 8,790 bilhões para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Da Receita Bruta devem-se subtrair os valores previstos de impostos que pertencem aos municípios (25% ICMS e 50% IPVA, por exemplo), os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), que se denomina “Deduções da Receita” e que somaram R\$ 2,167 bilhões em 2016.

Desta forma, chega-se à receita líquida, que foi estimada em R\$ 6,623 bilhões, sendo destinado 5,200 bilhões no Orçamento Fiscal e 1,422 bilhões no Orçamento da Seguridade Social. Vale ressaltar, ainda, que o montante previsto vem evidenciando valor de R\$ 211 milhões referente a Receitas intra-orçamentárias.

Com os esforços da arrecadação empreendidos, as receitas do Estado tiveram crescimento ao longo de 2016, fechando o ano com o valor bruto de R\$ 9,137 bilhões, o que representa um acréscimo de 10,44% em relação ao ano anterior.

A receita líquida totalizou em 2016 R\$ 7,193 bilhões, ou seja, 103,94% do valor referente a Previsão Atualizada, e corresponde a um acréscimo de 12,24%, em relação a 2015, e de R\$ 6,409 bilhões em valore nominais.

Descrição	Receita Prevista Atualizada		Receita Arrecadada		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
Receita Bruta	9.088.318.058	100,00	9.137.473.384	100,00	100,54
Receitas Correntes	8.731.086.497	96,07	8.967.888.045	98,14	102,71
Receita Tributária	3.896.374.854	42,87	3.785.221.555	41,43	97,15
Impostos	3.794.090.581	41,75	3.697.189.588	40,46	97,45
Taxas	102.284.273	1,13	88.031.967	0,96	86,07
Receita de Contribuições	256.346.544	2,82	283.005.346	3,10	110,40
Receita Patrimonial	177.832.991	1,96	379.300.832	4,15	213,29
Receita de Serviços	217.608.799	2,39	220.031.739	2,41	101,11
Transferências Correntes	3.498.310.093	38,49	3.766.542.025	41,22	107,67
Cota-Parte FPE	2.308.737.076	25,40	2.534.802.109	27,74	109,79
Cota-Parte do IPI	17.554.648	0,19	15.557.674	0,17	88,62
Cota-Parte da CIDE	22.885.717	0,25	17.365.232	0,19	75,88
Cota Parte do Imp. S/Oper. Créd. Camb	149.551	0,00	459.166	0,01	307,03
Compensação Lei Kandir	3.820.096	0,04	3.647.329	0,04	95,48
Compensação Financeira de Recursos Naturais	56.649.945	0,62	63.268.438	0,69	111,68
Recursos do SUS	222.231.331	2,45	223.685.192	2,45	100,65
Recursos do FNAS	893.259	0,01	414.409	0,00	46,39
Recursos do FNDE	88.140.644	0,97	62.603.617	0,69	71,03
Transferências FUNDEB	751.027.708	8,26	741.984.088	8,12	98,80
Outras Transferências e Convênios	26.220.119	0,29	102.754.771	1,12	391,89

Outras Receitas Correntes	473.041.415	5,20	293.719.221	3,21	62,09
Multas e Juros de Mora dos Tributos	74.824.015	0,82	58.076.608	0,64	77,62
Indenizações e Restituições	9.655.842	0,11	3.985.030	0,04	41,27
Receita da Dívida Ativa	118.350.702	1,30	30.136.067	0,33	25,46
Receita Diversas	270.210.856	2,97	201.521.517	2,21	74,58
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	211.571.802	2,33	240.067.327	2,63	113,47
Receitas de Capital	357.231.561	3,93	169.585.339	1,86	47,47
Operações de Crédito	258.209.277	2,84	117.241.366	1,28	45,41
Operações de Crédito Internas	258.209.277	2,84	111.426.990	1,22	43,15
Operações de Crédito Externas	-	-	5.814.376	0,06	-
Alienação de Bens	107.110	0,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos	2.810	0,00	-	-	-
Transferências de Capital	98.912.364	1,09	52.343.973	0,57	52,92
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Dedução da Receitas Correntes	-2.167.150.486	- 23,85	1.943.741.159	-21,27	89,69
RECEITA LÍQUIDA	6.921.167.572	76,15	7.193.732.225	78,73	103,94

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Receita Orçamentária Bruta	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes	8.967.888.045	98,14	8.218.416.972	99,33	9,12
Receita Tributária	3.785.221.555	41,43	3.701.070.043	44,73	2,27
Receita de Contribuições	283.005.346	3,10	277.022.808	3,35	2,16
Receita Patrimonial	379.300.832	4,15	296.579.351	3,58	27,89
Receita de Serviços	220.031.739	2,41	201.405.116	2,43	9,25
Transferências Correntes	3.766.542.025	41,22	3.214.288.607	38,85	17,18
Outras Receitas Correntes	293.719.221	3,21	275.663.196	3,33	6,55
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	240.067.327	2,63	252.387.850	3,05	(4,88)
Receitas de Capital	169.585.339	1,86	55.460.206	0,67	205,78
Operações de Crédito	117.241.366	1,28	32.855.037	0,40	256,84
Operações de Crédito Internas	111.426.990	1,22	32.855.037	0,40	239,15
Operações de Crédito Externas	5.814.376	0,06	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	
Transferências de Capital	52.343.973	0,57	22.605.169	0,27	131,56
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	
TOTAL	9.137.473.384	100,00	8.273.877.178	100,00	10,44

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Analizando-se a receita orçamentária bruta por categoria econômica, do quadro acima, verifica-se que as receitas correntes arrecadadas totalizaram R\$ 8,967 bilhões (R\$ 8,218 bilhões) e representaram 98,14% da receita total, enquanto as receitas de capital responderam apenas por 1,86% do total da receita de 2016.

As receitas intraorçamentárias, incluídas respectivamente nas categorias econômicas de receitas correntes e de capital, referem-se às operações realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social do Estado.

Elas são as contrapartidas das despesas classificadas na modalidade de aplicação “91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social”, que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Receita Orçamentária Líquida	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
Receitas Correntes	7.024.146.887	97,64	6.353.945.830	99,13	10,55
Receita Tributária	3.279.422.708	45,59	2.275.838.373	35,51	44,10
Receita de Contribuições	283.005.346	3,93	277.022.808	4,32	2,16
Receita Patrimonial	379.300.832	5,27	296.579.351	4,63	27,89
Receita de Serviços	220.031.739	3,06	201.405.116	3,14	9,25
Transferências Correntes	2.328.599.713	32,37	2.775.049.135	43,30	(16,09)
Outras Receitas Correntes	293.719.221	4,08	275.663.196	4,30	6,55
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	240.067.327	3,34	252.387.850	3,94	(4,88)
Receitas de Capital	169.585.339	2,36	55.460.206	0,87	205,78
Operações de Crédito	117.241.366	1,63	32.855.037	0,51	256,84
Operações de Crédito Internas	111.426.990	1,55	32.855.037	0,51	239,15
Operações de Crédito Externas	5.814.376	0,08	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	
Transferências de Capital	52.343.973	0,73	22.605.169	0,35	131,56
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	
TOTAL	7.193.732.225	100,00	6.409.406.036	100,00	12,24

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Receitas Correntes

Receitas correntes são as entradas de recursos oriundos das atividades operacionais e, em geral, afetam positivamente o patrimônio público. São as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes.

Considerando-se a origem da receita, as receitas tributárias foram as mais significativas, já que

representaram 41,43% da receita bruta total e somaram R\$ 3,785 bilhões em 2016 (R\$ 3,701 bilhões em 2015), correspondendo ao crescimento de 2,27% em comparação ao ano anterior.

As transferências correntes brutas, por sua vez, totalizaram R\$ 3,766 bilhões (41,22% da receita corrente bruta) e representaram o segundo maior valor por origem.

As receitas patrimoniais são os rendimentos de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de bens permanentes que atingiram R\$ 379 milhões, em 2016.

As receitas de contribuições referem-se às contribuições pagas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais e, no caso da contribuição patronal, são registradas como receitas intraorçamentárias. Ao todo, somaram R\$ 521 milhões em 2016.

O restante das receitas correntes correspondeu a 5,58% da receita bruta total. Dada a representatividade das receitas tributárias e das transferências correntes no que tange à receita orçamentária e à receita corrente, a seguir faz-se uma análise mais detalhada dessas duas origens de receita.

Receita Tributária

Em 2016, do total de R\$ 3,785 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 3,697 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 88,031 bilhões. A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: ICMS- Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, ITCD –Impostos sobre Transmissões Causa Mortis e Doações, IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte e Taxas.

Das receitas arrecadadas, destaca-se o ICMS, a maior fonte de receita do Estado, que apresentou em 2016 o decréscimo de -0,44% em relação ao ano de 2015. Entre os demais tributos, no mesmo período, todos apresentaram acréscimo de 5,10%, 67,51%, 27,71%, 16,76%, respectivamente.

Receita Tributária Bruta	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
IMPOSTOS	3.697.189.588	97,67	3.625.675.619	97,96	1,97
ICMS	3.133.540.198	82,78	3.147.280.166	85,04	(0,44)
IPVA	237.457.866	6,27	225.928.840	6,10	5,10
ITCD	15.813.487	0,42	9.440.061	0,26	67,51
IRRF	310.378.037	8,20	243.026.552	6,57	27,71
TAXAS	88.031.967	2,33	75.394.424	2,04	16,76
TOTAL	3.785.221.555	100,00	3.701.070.043	100,00	2,27

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Transferências Correntes

As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentes de contra prestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Em 2016, as transferências correntes brutas representaram 41,22% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 3,766 bilhões. O maior montante das transferências correntes recebidas pelo Estado provém da União, sendo principal Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegou a R\$ 2,534 bilhões em 2016, um incremento de 17,86% em relação a 2015.

Do total de transferências correntes, parte é destinada aos municípios e outra vai para o Fundeb, restando ao Estado após as deduções legais.

Transferências Correntes Brutas	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
Transferências Intergovernamentais	2.965.852.275	78,74	2.515.505.135	78,26	17,90
Cota-Parte FPE	2.534.802.109	67,30	2.150.615.035	66,91	17,86
Cota-Parte do IPI-Export.	15.557.674	0,41	17.156.431	0,53	-9,32
Cota-Parte da Contrib.de Interv. No Dom. Econ.	17.365.232	0,46	6.097.709	0,19	184,78
Cota-Parte Imp.s/ Oper. Cred. Camb.e Seguro	459.166	0,01	380.373	0,01	20,71
Demais Transferências da União	1.180.686	0,03	1.360.019	0,04	-13,19
Cota-Parte da Comp.Finan de Recursos Hídricos	54.480.014	1,45	53.035.888	1,65	2,72
Cota-Parte da Comp. Financ Recursos Minerais	1.901.008	0,05	1.419.224	0,04	33,95
Cota-Parte do Fundo Especial de Petróleo-FEP	6.887.416	0,18	6.352.758	0,20	8,42
Atenção Básica	502.720	0,01	2.495.160	0,08	-79,85
Atenção de média e alta complexidade ambulatorio	212.891.141	5,65	185.375.012	5,77	14,84
Vigilância em Saúde	7.287.425	0,19	6.949.102	0,22	4,87
Assistência Farmacêutica	2.864.406	0,08	2.835.772	0,09	1,01
Gestão do SUS	139.500	0,00		0,00	0,00
Transferência Rec.Fundo Nac. Assist. Soc. FNAS	414.409	0,01	1.606.639	0,05	-74,21
Transferência do salário Educação	26.267.221	0,70	33.474.281	1,04	-21,53
Transferência Direta do FNDE ao PDDE	47.280	0,00	100.232	0,00	-52,83
Transferência Direta do FNDE ao PNAE	22.476.663	0,60	15.959.097	0,50	40,84
Transferência Direta do FNDE ao PNATE	3.637.450	0,10	4.316.720	0,13	-15,74
Outras Transferência Direta do FNDE	10.175.002	0,27	5.992.919	0,19	69,78
Transferência Financ. Do ICMS - Desoneração - LC. N 87/96	3.647.329	0,10	3.647.329	0,11	0,00
Outras Transferências da União	42.868.423	1,14	16.335.435	0,51	162,43

Transferências Multigovernamentais	741.984.088	19,70	690.681.838	21,49	7,43
Transf. dos Rec. do FUNDEB	741.984.088	19,70	690.681.838	21,49	7,43
Transferências de Convênios	58.705.662	1,56	8.101.634	0,25	624,62
Transferência de Convênios da União p/ o SUS	3.158.960	0,08	-	0,00	0,00
Transferência de Convênios da União Dest. Prog. Assist Social	114.627	0,00	-	0,00	0,00
Transferência de Convênios da União p/a Educação	-	0,00	782.118	0,02	-100,00
Outras Transferências de Convênios da União	51.029.800	1,35	4.569.485	0,14	1016,75
Outras Transferências de Convênios dos Estados	2.549.101	0,07	998.793	0,03	155,22
Outras Transferências de Convênios dos Municípios	250.000	0,01	124.500	0,00	100,80
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	1.603.174	0,04	1.626.737	0,05	-1,45
TOTAL	3.766.542.025	100,00	3.214.288.607	100,00	17,18

Fonte: Anexo 10 Lei 4.320/64 (Net Diver)

Dedução da Receita Corrente

Todas as deduções da receita corrente somaram R\$ 1,943 bilhões em 2016. Desse valor, R\$ 927 milhões referem-se às transferências aos municípios rondonienses e R\$ 1,015 bilhão às transferências ao FUNDEB.

Transferências aos Municípios	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
1 - ICMS 25%	791.850.384	85,34	796.150.162	86,01	- 0,54
2 - IPVA 50%	127.877.173	13,78	123.670.435	13,36	3,40
3 - IPI - EXPORTACAO 25%	3.849.910	0,41	4.289.108	0,46	-10,24
4 - CIDE 25%	4.341.308	0,47	1.524.427	0,16	184,78
TOTAL	927.918.774	100,00	925.634.131	100,00	0,25

Fonte: SIAFEM

Transferências aos Municípios	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
1 - FPE 20%	506.960.421	45,81	430.123.007	45,81	17,86
2 - ICMS 20%	477.765.024	51,10	479.704.142	51,10	- 0,40
3 - IPI 20%	2.333.651	0,27	2.573.464	0,27	- 9,32
4 - LC 87 20%	729.466	0,08	729.466	0,08	0,00
5 - IPVA 20%	27.229.520	2,64	24.816.094	2,64	9,73
6 - ITCMD 20%	804.302	0,09	890.838	0,09	- 9,71
TOTAL	1.015.822.384	100,00	938.837.011	100,00	8,20

Fonte: SIAFEM

Receita de Capital

Receitas de Capital são os ingressos de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, de transferências de capital e de outras receitas de capital que aumentam as disponibilidades financeiras, constituindo-se em instrumento de financiamento dos programas de ações orçamentárias a fim de atingir as finalidades públicas. As receitas de capital representaram 1,86% das receitas orçamentárias brutas de 2016 e, no ano, totalizaram R\$ 169 milhões.

Receitas Brutas de Capital	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
Operações de Crédito	117.241.366	69,13	32.855.037	59,24	256,84
Operações de Crédito Internas	111.426.990	65,71	32.855.037	59,24	239,15
Operações de Crédito Externas	5.814.376	3,43	-	0,00	0,00
Alienação de Bens	-	0,00	-	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	-	0,00	-	0,00	0,00
Transferências de Capital	52.343.973	30,87	22.605.169	40,76	131,56
Outras Receitas de Capital	-	0,00	-	0,00	0,00
TOTAL	169.585.339	100,00	55.460.206	100,00	205,78

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Operações de Crédito

Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa destas advém de operações de crédito (69,13%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

Repasse Aos Poderes

De acordo com o disposto constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias, parte de recursos arrecadados pelo Poder Executivo devem ser repassados a Assembléia Legislativa (ALE), ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público (MPE), Tribunal de Justiça do Estado (TJ) e Defensoria Publica do Estado (DPE). O valor total repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2016 foi R\$ 1,090 bilhão, conforme demonstrado a seguir:

Recursos	2016	
	Valor	%
Assembléia Legislativa	220.487.778	20,23
Tribunal de Contas	116.339.825	10,67
Tribunal de Justiça	484.981.240	44,49
Ministério Público	214.866.553	19,71
Defensoria Pública	53.384.082	4,90
TOTAL	1.090.059.478	100,00

Fonte: SIAFEM

Despesas

As despesas fixadas inicialmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2016 foram de R\$ 6,623 bilhões.

Entretanto, ao longo da execução do orçamento, podem surgir necessidades de despesas não previstas ou insuficientemente orçadas. Para que tais necessidades sejam supridas, a administração vale-se dos créditos adicionais que alteram o planejado inicialmente na Lei Orçamentária. Esses créditos podem ser: suplementares, quando uma dotação (verba consignada em orçamento) tornou-se insuficiente durante a execução do orçamento; especiais, para atender a despesas não previstas inicialmente; e extraordinários, quando surgem despesas imprevisíveis ou urgentes, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A seguir, observa-se que a dotação atualizada R\$ 7,168 bilhões, deu-se em virtude da abertura de créditos adicionais. Dessa forma, do total autorizado, o Estado executou 90,27% das despesas, o equivalente a R\$ 6,471 bilhões.

Despesas	Dotação Atualizada (a)	Executada (b)	% b/a
Correntes	6.044.858.270	5.821.437.404	96,30
Pessoal e Encargos Sociais	3.750.609.080	3.725.555.211	99,33
Juros e Encargos da Dívida	40.276.382	39.755.357	98,71
Outras despesas Correntes	2.025.402.531	1.837.866.415	90,74
Intraorçamentárias	228.570.277	218.260.422	95,49
Capital	1.009.651.791	650.033.830	64,38

Investimentos	876.186.268	523.686.672	59,77
Inversões Financeiras	7.227.239	3.000.000	41,51
Amortização da Dívida	123.592.283	123.347.159	99,80
Intraorçamentárias	2.646.000	-	0,00
Correntes+Capital	7.054.510.061	6.471.471.234	91,74
Reserva de Contingência	114.464.165	-	0,00
Total	7.168.974.226	6.471.471.234	90,27

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

No total executado, verifica-se que todas as despesas com pessoal e encargos sociais, que são aquelas gastas com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$ 3,726 bilhões, o que corresponde a 99,33% do total das despesas autorizadas.

O segundo maior grupo de gastos é o das outras despesas correntes, que engloba as despesas de custeio e manutenção dos serviços públicos, tais como serviços contratados, material de consumo, água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, etc., e totalizou R\$ 1,838 bilhões (90,74% do total das despesas autorizadas).

Os investimentos, que representam essencialmente as obras realizadas e a compra de bens permanentes, somaram R\$ 523 milhões, ou seja, 59,77% do total das despesas autorizadas.

Já o valor total desembolsado com a amortização da dívida pública alcançou R\$ 123 milhões (99,80% do total de despesas autorizadas). Desse montante, R\$ 39 milhões referem-se aos juros e aos encargos das operações de crédito internas e externas contratadas.

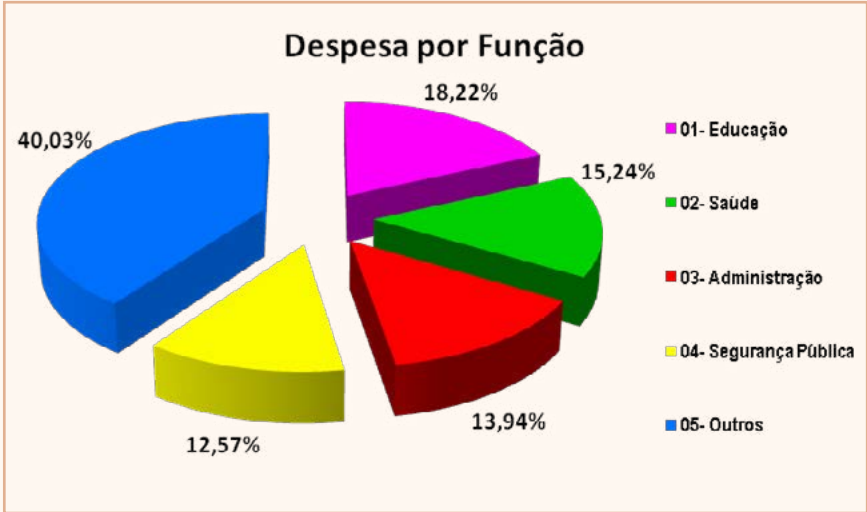
Analisando-se as despesas executadas por função de governo que demonstra a área de ação governamental em que a despesa foi realizada que totalizou-se em R\$ 6,471 bilhões.

Despesas por Função	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
01- Legislativa	340.169.178	5,26%	290.284.105	4,67%	17,18%
02- Judiciária	716.776.099	11,08%	656.191.055	10,55%	9,23%
03- Essencial a Justiça	376.607.195	5,82%	258.241.565	4,15%	45,84%
04- Administração	901.823.576	13,94%	766.218.440	12,31%	17,70%
06- Segurança Pública	813.655.724	12,57%	1.024.020.287	16,46%	-20,54%
08- Assistência Social	30.451.911	0,47%	25.037.385	0,40%	21,63%
09- Previdência Social	442.204.444	6,83%	383.313.022	6,16%	15,36%
10- Saúde	986.206.189	15,24%	1.012.752.346	16,28%	-2,62%
11- Trabalho	5.882.515	0,09%	5.855	0,00%	100369,95%
12- Educação	1.179.134.164	18,22%	1.161.043.065	18,66%	1,56%
13- Cultura	2.435.208	0,04%	1.191.117	0,02%	104,45%
14- Direitos da Cidadania	1.038.424	0,02%	-	-	-
15- Urbanismo	800.388	0,01%	-	-	-
16- Habitação	-	-	4.505.961	0,07%	-100%
17- Saneamento	23.891.770	0,37%	-	-	-

18- Gestão Ambiental	13.713.430	0,21%	8.357.302	0,13%	64,09%
19- Ciência e Tecnologia	3.786.792	0,06%	2.718.330	0,04%	39,31%
20- Agricultura	188.723.177	2,92%	190.422.255	3,06%	-0,89%
21- Organização Agrária	137.278	0,00%	2.586.347	0,04%	-94,69%
22- Indústria	239.680	0,00%	5.038.943	0,08%	-95,24%
23- Comércio e Serviços	11.683.331	0,18%	11.627.826	0,19%	0,48%
26- Transporte	172.277.188	2,66%	174.245.328	2,80%	-1,13%
27- Desporto e Lazer	4.306.848	0,07%	5.209.681	0,08%	-17,33%
28- Encargos Especiais	255.526.725	3,95%	239.153.478	3,84%	6,85%
Total	6.471.471.234	100,00%	6.222.163.691	100,00%	4,01%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Observa-se que os maiores valores aplicados em 2016 foram na Educação (18,22%), Saúde (15,24%), na Administração(13,94%), Segurança Pública (12,57%). As demais funções totalizaram 40,03% da despesa, conforme gráfico abaixo:



Modalidade De Aplicação

Outra forma de observar os gastos do Governo Estadual é por meio da modalidade de aplicação da despesa, que revela quanto do orçamento foi diretamente despendido pelo Estado ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo por instituições privadas.

Modalidade de Aplicação	2016		2015		Δ%
	Valor	%	Valor	%	
20- Transferências a União	100.508.713	1,55%	93.667.341	1,51%	7,30%
40- Transferências a Municípios	136.221.225	2,10%	125.698.981	2,02%	8,37%
50- Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	126.314.049	1,95%	118.854.636	1,91%	6,28%

71- Transf. a Consórcios Públicos	1.900.000	0,03%	-	-	-
90- Aplicações Diretas	5.888.266.826	90,99%	5.679.137.320	91,27%	3,68%
91- Aplic. Diretas Decorrente de Op.o entre Órgãos, Fundos e Entidades	218.260.422	3,37%	204.805.413	3,29%	6,57%
Total	6.471.471.234	100,00%	6.222.163.61	100,00%	4,01%

Fonte: Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD)

Conforme a última tabela, em 2016 os valores diretamente gastos pelo Estado atingiram 94,36% do orçamento (modalidades 90 – Aplicações Diretas e 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades), totalizando R\$ 6,106 bilhões. Dos gastos realizados indiretamente pelo Governo do Estado, 1,95% foram destinados a instituições privadas (modalidade 50), 2,10% foram para os municípios (modalidade 40) por meio de transferências legais e voluntárias e 1,58% corresponde a transferências a União e Transferências a Consórcios Públicos (modalidades 20 e 71).

Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. O resultado orçamentário é obtido da diferença entre as Receitas Orçamentárias deduzidas das Despesas Orçamentárias. Se o resultado for positivo, temos Superávit. Caso o resultado seja negativo, então se caracteriza o Déficit Orçamentário.

Considerando-se o total de receitas líquidas realizadas em 2016 menos o total das despesas executadas, chega-se a um resultado orçamentário superavitário de R\$ 722 milhões, perfazendo um valor acima se compararmos com o mesmo período de 2015, o que indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias empenhadas.

Especificação	2016	2015	Δ%
	Valor	Valor	
Receitas Líquidas Realizadas	7.193.732.225	6.409.406.036	12,24%
Despesas Executadas	6.471.471.234	6.222.163.691	4,01%
Resultado Orçamentário	722.260.991	187.242.345	285,74%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)



Aspectos Fiscais

Cumprimento Dos Limites Legais E Constitucionais

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que foi um marco nas finanças públicas do Brasil, criou regras e limites para uma gestão fiscal responsável, visando ao equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, além de impor o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a ser atingida, a LRF fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contra garantias, bem como inscrição dos restos a pagar. Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado deve observar os dispositivos constitucionais que determinam a aplicação de recursos mínimos em educação e saúde. Para fins de verificação da aplicação desses valores, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI), que agrega todas as receitas de impostos estaduais e as transferências constitucionais e legais recebidas da União referentes à partilha de impostos, deduzidas as transferências constitucionais do Estado aos municípios decorrentes da repartição de impostos e transferências.

Saúde

Para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional, que tem em conta basicamente as despesas custeadas com recursos de impostos e transferências, tendo em vista a determinação constitucional, em 2016 foram consideradas as despesas no valor de R\$ 684 milhões (R\$ 710 milhões em 2015), representando 12,72% da receita líquida de impostos (14,39% em 2015). Esse percentual aplicado em saúde é 0,72 ponto percentual superior ao mínimo constitucional exigido, o que representa R\$ 38 milhões aplicados a mais do que o obrigatório.

Especificação	2016	2015	Limite Mínimo
Receita Líquida de Impostos	5.381.804.585	4.931.311.088	
Despesa Próprias com Saúde	684.550.534	709.808.971	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,72	14,39	12%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Educação

Para garantir a aplicação do valor mínimo em educação, a Constituição Federal de 1988 determinou que 25% dos recursos dos impostos e das transferências dos estados e dos municípios sejam utilizados na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14/1996, foi criada uma subvinculação desses recursos ao ensino fundamental, por meio de um fundo, o Fundef, no âmbito dos estados e municípios, para partilha dos recursos com base no número

de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.

Em 2006, com a Emenda Constitucional nº 53/2006, essa subvinculação passou para 20% das receitas de alguns impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a utilização dos recursos foi ampliada para toda a educação básica. Dessa forma, o Fundo passou a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e a redistribuição dos recursos é feita com base no número de alunos da educação básica pública, matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária. Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os estados, com base nos alunos dos ensinos fundamental e médio.

Em 2016, o Estado de Rondônia repassou ao Fundeb R\$ 1,016 bilhão (R\$ 939 milhões em 2015). De acordo com o número de alunos matriculados na rede pública estadual, o retorno do Fundeb foi de R\$ 742 milhões (R\$ 691 milhões em 2015). A diferença entre o que o Estado repassa ao Fundo e o que recebe de volta para ser investido na rede estadual de ensino são chamados de “perda” do Fundeb e é considerada aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional. No ano de 2016, a perda do Fundeb foi de R\$ 274 milhões (R\$ 248 milhões em 2015). Na prática, essa diferença se reverte em resultados para o Estado de Rondônia em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre os municípios rondonienses para o desenvolvimento de crianças e de jovens que vivem no Estado.

Especificação	2016	%	2015	%	Δ%
Receita Líquida de Impostos para Cálculo do Fundeb	5.071.426.548	-	4.688.284.536	-	8,17%
Valor Devido para o Fundeb (Limite Constitucional)	1.014.285.310	20%	937.656.907	20%	8,17%
Repases para o Fundeb	1.015.822.384	20,03%	938.837.011	20,03%	8,20%
Recursos Recebidos Fundeb (Retorno)	741.984.088	14,63%	690.681.838	14,73%	7,43%
Recursos a Receber (Perda)	273.838.296	5,40%	248.155.172	5,29%	10,35%

Fonte: SIAFEM/Relatório Resumido Da Execução Orçamentária (RREO)

Para fins do limite constitucional, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino somaram R\$ 1,363 bilhão em 2016. Esse valor equivale a 25,33% da receita líquida de impostos (25,87% em 2015) representando 0,33% acima do valor mínimo constitucional exigido.

Especificação	2016	2015	Limite Mínimo
Receita Líquida de Impostos	5.382.263.751	4.931.691.460	
Despesa Próprias com Saúde	1.363.101.171	1.275.852.152	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,33	25,87	25%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Despesa Com Pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

Esses limites foram estabelecidos na Lei Complementar Federal nº101/2000, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada Poder e Órgão em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Em 2016, Rondônia ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF. As despesas com pessoal consolidadas representaram 52,81% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite Alerta (54%) imposto pela lei. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 41,68% da RCL e também abaixo do limite de Alerta.

Especificação	2016	2015	Variação 2016/2015	Limite Legal Máximo	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Executivo	41,68%	44,39%	-6,10%	49,00%	46,55%	44,10%
Consolidado Geral	52,81%	56,05%	-5,78%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Analisando-se detalhadamente os itens que compõem as despesas com pessoal, constata-se que as despesas brutas com pessoal, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro da folha de pagamento, cresceram 7,95% em 2016 no consolidado geral do Estado e 6,38% no Poder Executivo, enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu 11,62%, demonstrando a responsabilidade na gestão e contenção dos gastos públicos.

Especificação	2016	2015	Δ%
CONSOLIDADO			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	3.990.530.807	3.696.583.854	7,95
Pessoal Ativo	3.527.497.984	3.294.170.809	7,08
Pessoal Inativo e Pensionistas	424.549.483	369.162.908	15,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	38.483.339	33.250.138	15,74
Despesas não Computadas (art. 19, §1º da LRF) (II)	556.911.020	431.323.067	29,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21.311.557	11.906.075	79,00
Decorrentes de Decisão Judicial	77.926.199	31.098.875	150,58
Despesas de Exercícios Anteriores	41.274.750	27.935.655	47,75
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	416.398.515	360.382.462	15,54
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	3.433.619.786	3.265.260.787	5,16
PODER EXECUTIVO			
Despesa Bruta com Pessoal (I)	3.056.622.259	2.873.251.495	6,38

Pessoal Ativo	2.677.435.336	2.549.259.093	5,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	340.703.584	290.742.264	17,18
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	38.483.339	33.250.138	15,74
Despesas não Computadas (art. 19, §1º da LRF) (II)	346.844.278	287.341.834	20,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.209.286	106.425	2915,54
Decorrentes de Decisão Judicial	207.738	740.021	-71,93
Despesas de Exercícios Anteriores	8.301.552	1.088.646	662,56
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	335.125.702	285.406.741	17,42
Despesa Líquida com Pessoal (I - II)	2.709.777.981	2.585.909.661	4,79
Receita Corrente Líquida	6.502.106.330	5.825.194.566	11,62

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual. Em 2016, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 3,254 bilhões, correspondendo ao percentual de 50,06% da RCL (60,21% em 2015) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2016		2015	
	Valor	%RCL	Valor	%RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	13.004.212.660	200%	11.650.389.132	200%
Dívida Consolidada Líquida	3.254.708.567	50,06%	3.507.132.044	60,21%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Operações de Crédito

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16% sobre a Receita Corrente Líquida, e o limite para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Em 2016, foi captado um montante de R\$ 117 milhões em recursos de operações de crédito internas e externas. No ano de 2015, não houve operações de crédito por antecipação da receita. Assim, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas pelo Estado em relação à Receita Corrente Líquida, atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2016		2015	
	Valor	%RCL	Valor	%RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal para Operações Internas e Externas	1.040.337.013	16,00%	932.031.131	16,00%
Operações de Crédito Internas e Externas	117.241.366	1,80%	-	-
Limite definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	455.147.443	7,00%	407.763.620	7,00%
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Vale lembrar que, conforme estabelece a referida resolução, não são consideradas, para fins de verificação do limite, as operações de crédito contratadas pelos estados, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

Inscrição Dos Restos A Pagar E Disponibilidade De Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a Pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Em 2016, o Estado possui a Disponibilidade de Caixa Líquida no total R\$ 1,154 bilhões, representado este valor em disponibilidade bruta deduzidos das obrigações financeira e Restos a Pagar processados

e não processados de exercícios anteriores. Após a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 810 milhões, representando o superávit financeiro do exercício.

Disponibilidade de Caixa Líquida Consolidado	-	Restos a Pagar Não Processados	-	Superávit Financeiro
R\$ 1.154.471.996		R\$ 343.962.256		R\$ 810.509.739

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Resultado Primário

O resultado primário é a diferença entre a receita primária (receita total deduzidas as receitas financeiras) e a despesa primária (despesa total deduzidas as despesas financeiras). De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas típicas de operações do Governo, não sendo inclusas aí as receitas de aplicações financeiras, de operações de crédito, de amortização de empréstimos, nem de alienação de bens. Do lado da despesa, não são consideradas as despesas com juros e amortização da dívida, bem como as concessões de empréstimos.

Portanto, do lado das receitas não são considerados recursos de empréstimos obtidos, por exemplo. Porém, quando esses recursos são utilizados para o financiamento de investimentos importantes para o Estado, o resultado primário do período poderá ser superavitário, uma vez que os investimentos são despesas de capital (despesas primárias). Já os recursos de operações de crédito que financiaram essas despesas caracterizam-se como receitas financeiras, ou seja, não são receitas primárias.

Quando se faz a análise do resultado primário executado em relação à meta prevista na LDO, deve-se levar em conta dois fatores que afetam o resultado obtido e que não são considerados na sistemática de estabelecimento da meta. O primeiro deles corresponde às despesas primárias executadas com recursos de operações de crédito em valor maior do que o previsto na LDO. E o segundo são as despesas executadas, custeadas com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávit financeiro). Essas sobras são consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, por isso, quando utilizadas para custear despesas em exercícios subsequentes à sua arrecadação, geram superávit primário.

No ano de 2016, o Estado de Rondônia apresentou um superávit primário de R\$ 392 milhões, atingindo e ultrapassando a meta mínima estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um superávit primário de R\$ 191 milhões.

Especificação	2016
Receitas Primárias	6.697.937.661
Despesas Primárias	6.305.368.719
Resultado Primário	392.568.942
Meta de Resultado Primário (LDO)	191.231.764

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o exercício atual.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida fiscal líquida corresponde à dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Já a dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzido do ativo disponível (disponibilidade de caixa bruta) e dos haveres financeiros, sendo esses processados. Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida de 2015, que totalizou R\$ 3,507 bilhões, e a Dívida Fiscal Líquida de 2016, que totalizou R\$ 3,254 bilhões, gerou um Resultado Nominal de R\$ 252 milhões, ou seja, um decréscimo da Dívida Fiscal Líquida.

Com isso, o Estado cumpriu e ultrapassou a meta de resultado nominal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, que era reduzir em R\$ 1,934 bilhões.

Especificação	Saldo		Resultado Nominal
	2015 (a)	2016 (b)	2016 (b-a)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.241.656.167	4.441.565.945	
DEDUÇÕES (II)	734.524.123	1.186.857.378	
Ativo Disponível	978.991.660	1.349.453.597	
Haveres Financeiros	-	-	
(-) Restos a Pagar (Exceto Precatórios)	244.467.537	162.596.219	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	3.507.132.044	3.254.708.567	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI)= (III+IV-V)	3.507.132.044	3.254.708.567	(252.423.477)
Meta de Resultado Nominal (LDO)			(1.934.452)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



A Superintendência de Contabilidade, subordinada à Secretaria de Finanças do Estado, conforme Lei Complementar nº 911/2016, apresenta as demonstrações contábeis do exercício de 2016. Este Relatório Técnico (Volume 1) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas. As informações contidas nas notas explicativas procuram ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT SP) - Estrutura Conceitual e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, afim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Diariamente são registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RO os atos e fatos de gestão das unidades gestoras do Estado, por meio dos documentos como o de Empenho (NE), Liquidação (DL), Pagamento (OB), Notas de Crédito (NC), Nota de lançamento (NL), que abrangem diversos tipos de contabilização, tais como provisões, avaliações, constituição de reserva e outros, a qual possibilitam fazer verificações dos dados contábeis a partir da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/RO são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas e por tipo de administração, que incluem, além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

A Superintendência de Contabilidade - SUPER, autoridade contábil do Estado, conforme art. 2º da Lei Complementar nº 697/2012, dentre outras atribuições, tem por competência elaborar o Balanço Geral do Estado e o Relatório Contábil para subsidiar o processo de Prestação de Contas da gestão governamental.

Este volume inclui versões sintéticas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 6ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 700 de 10 de Dezembro de 2014; as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas deste volume estão apresentadas com valores expressos em de reais.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e, assim, proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

De acordo com a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

Cabe destacar que o Estado de Rondônia tem se empenhado na implementação das alterações introduzidas na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com o apoio de todos os poderes, por meio do GTCON/RO.

A equipe da Superintendência de Contabilidade fica a disposição de todos para prestar os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado do Rondônia no exercício de 2016.

Balanço Patrimonial

Exercício 2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.445.528.758,68	1.064.302.006,08
Créditos a Curto Prazo	47.185.797,60	44.749.742,77
Valores Restituíveis	67.180.595,48	51.949.307,93
Demais Créditos a Curto Prazo	457.120.729,16	371.158.995,08
Invest e Aplic Temporal Curto Prazo	1.654.316.094,75	1.340.395.370,43
Estoques	873.178.151,85	752.177.692,75
Total do Ativo Circulante	4.544.510.127,52	3.624.733.115,04
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.376.895.647,44	7.563.304.870,44
Créditos a Longo	6.371.463.185,07	7.557.872.408,07
Demais Créditos e Valores a LP	5.432.462,37	5.432.462,37
Investimentos	224.571.763,43	224.571.763,43
Participações Permanentes	224.571.763,43	224.571.763,43
Imobilizado	5.838.168.826,40	5.517.056.430,77
Bens Móveis	1.521.344.024,39	1.386.813.706,62
Bens Imóveis	4.325.358.232,18	4.132.677.992,60
(-) Deprec Exaust Amort Acumul.	-8.533.430,17	-2.435.268,45
Intangível	10.408.715,09	3.986.528,12
Softwares	10.650.977,49	4.134.944,42
(-) Amortização Acumulada	-242.262,40	-148.416,30
Total do Ativo Não Circulante	12.450.044.952,36	13.308.919.592,76
TOTAL DO ATIVO	16.994.555.079,88	16.933.652.707,80

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab. e Previdenciárias	3.820,67	0
Empréstimos e Financiamentos	253.484.022,75	242.123.698,33
Fornec e Contas a Pagar Curto Prazo	170.116.190,60	244.486.971,79
Obrigações Fiscais a CP	0,01	0
Valores Restituíveis	89.737.243,12	116.311.033,41
Demais Obrigações de Curto Prazo	25.423.672,72	28.576.407,89
Total do Passivo Circulante	538.764.949,87	631.498.111,42
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		
Obrigações Trab. e Previdenciárias	4.759.026,14	4.759.026,14
Empréstimos e Financiamentos LP	2.917.001.087,95	2.705.060.313,25

Obrigações Fiscais a Longo Prazo	763.920,55	0
Provisões a Longo Prazo	1.816.381.789,11	1.040.995.833,62
Demais Obrigações de Longo Prazo	1.599.963.306,79	1.623.354.628,39
Total do Passivo Não Circulante	6.338.869.130,54	5.374.169.801,40
TOTAL DO PASSIVO	6.877.634.080,41	6.005.667.912,82

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	23.000.000,00	17.437.562,73
Reservas de Capital	0	6.158,00
Resultados Acumulados		
Superávit/Déficits do Exercício	443.913.588,27	1.251.857.330,34
Superávit/Déficit de Exerc Anter	9.534.452.020,52	8.288.150.969,45
Ajustes de exerc anteriores	115.555.390,68	1.370.532.774,46
Total do Patrimônio Líquido	10.116.920.999,47	10.927.984.794,98
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.994.555.079,88	16.933.652.707,80

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	1.512.709.354,16	1.108.861.890,13
Ativo Permanente	15.481.845.725,72	15.824.790.817,67
Total do Ativo	16.994.555.079,88	16.933.652.707,80
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	702.199.615,44	995.829.721,94
Passivo Permanente	6.617.780.646,69	5.644.869.907,62
Total do Passivo	7.319.980.262,13	6.640.699.629,56
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	9.674.574.817,75	10.292.953.078,24

Quadro das Contas de Compensação

Atos Potenciais Ativos		
Avais a Executar	1.969,77	1.969,77
Finanças a Executar	373.363,70	313.587,81
Hipotecas a Executar	0	8.554,29
Seguro Garantia a Executar	3.284.974,50	2.543.154,36
Cauções a Executar	1.652.021,30	631.867,62
Convênios a Receber	39.765.840,10	39.765.840,10
Adiantamentos Concedidos	0	814.449,76
Suprim de Fundos(Pendente Prest Con	4.575.379,51	5.081.214,39
Diárias Concedidas (Pendente Prest Con	21.711.383,99	16.679.075,19
Outras Responsabilidades de Terceir	2.044.383,68	2.044.383,68

Total dos Atos Potenciais Ativos	73.409.316,55	67.884.096,97
Atos Potenciais Passivos		
Convênios a Executar	55.775.438,98	62.302.615,91
Empréstimos a Executar	1.570.121.141,06	1.646.141.564,86
Total dos Atos Potenciais Passivos	1.625.896.580,04	1.708.444.180,77

Demonstrativo do Superávit/Déficit Apurado no Balanço Patrimonial

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS		
Ordinária	207.272.110,66	-148.236.265,87
Vinculado	603.237.628,06	261.268.434,06
COTA-PARTE DO FUNDO DEJUSTICA - FUJU	65.390.825,43	86.873.261,96
COTA-PARTE FUNRESPOL	2.385.364,04	3.517.667,14
COTA-PARTE FUNRESPOM	171.046,69	259.574,27
COTA PARTE DO FUNDAT	1.889.185,16	0
COTA-PARTE FEPRAM	4.875.207,70	9.242.256,06
COTA PARTE - SALARIO EDUCACAO	16.736,31	-453.509,12
SISTEMA UNICO DE SAUDE	15.349.783,67	-17.298.320,59
COTA PARTE - FUMORPGE	2.086.985,45	0
CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS FEDERAIS	151.031.529,98	35.908.805,65
COTA-PARTE DA COMPENS FINANC DE_RECUR HIDRICO	16.982.680,14	53.694.768,30
COTA PARTE DO FGPPP	16.216.160,45	0
OPERACOES DE CREDITO INTERNA E EXTERNA	-42.238.537,91	-190.204.975,21
CONTRAPARTIDA DO ESTADO	6.050.194,67	-2.123.884,02
RECURSOS ORDINARIO FUNDEB	1.725.722,68	6.120.426,21
RECURSOS COM CONTINGENCIAMENTO ESPECIAL	14.820.413,79	-451.006,15
TRANSF.FINAN.DA UNIAO P/DESPORTO LEI 90615-98	557.971,81	1.166.007,83
COTA-PARTE FES	649.233,91	427.643,75
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10.766.311,90	-8.475.532,38
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.160.288,55	2.357.962,94
COTA-PARTE FUNESBOM	472.722,05	1.202.276,73
COTA-PARTE FUNDIMPER	2.721.339,94	1.189.462,62
COTA-PARTE - FITHA	848.214,45	78.998.862,90
COTA-PARTE CIDE	29.700.444,64	13.219.532,38
COTA PARTE FUNDEP	1.375.865,99	-383.055,98
RECURSOS DO FUNDO DE DESENV.INST.- FDI/TCE	33.779.275,29	468.042,94
COTA-PARTE DA COMPENS. FINANC. RECUR MINERAIS	382.933,39	694.431,94
COTA DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	719,67	3.297.183,17
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS P/ENTIDADES	243.211.204,35	176.357.523,27
RECURSOS CONVENIADOS DIRETAMENTE ADM INDIRETA	5.325.431,89	5.663.027,45
COTA PARTE DO FECOEP/RO	15.532.371,98	0
Total das Fontes de Recursos	810.509.738,72	113.032.168,19

Quadro Ajustado dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro (AJUSTADO) ²	3.235.495.094,27	2.494.616.263,37
Ativo Permanente (AJUSTADO) ³	13.759.059.985,61	14.439.036.444,43
Total do Ativo	16.994.555.079,88	16.933.652.707,80

	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	702.199.615,44	995.829.721,94
Passivo Permanente	6.617.780.646,69	5.644.869.907,62
Total do Passivo	7.319.980.262,13	6.640.699.629,56
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	9.674.574.817,75	10.292.953.078,24

Quadro Ajustado das Contas de Compensação

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS		
Ordinária	207.272.110,66	-148.236.265,87
Vinculado (AJUSTADO) 4	2.326.023.368,17	1.647.022.807,30
COTA-PARTE DO FUNDO DEJUSTICA - FUJU	65.390.825,43	86.873.261,96
COTA-PARTE FUNRESPOL	2.385.364,04	3.517.667,14
COTA-PARTE FUNRESPOM	171.046,69	259.574,27
COTA PARTE DO FUNDAT	1.889.185,16	0
COTA-PARTE FEPRAM	4.875.207,70	9.242.256,06
COTA PARTE - SALARIO EDUCACAO	16.736,31	-453.509,12
SISTEMA UNICO DE SAUDE	15.349.783,67	-17.298.320,59
COTA PARTE - FUMORPGE	2.086.985,45	0
CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS FEDERAIS	151.031.529,98	35.908.805,65
COTA-PARTE DA COMPENS FINANC DE_RECUR HIDRICO	16.982.680,14	53.694.768,30
COTA PARTE DO FGPPP	16.216.160,45	0
OPERACOES DE CREDITO INTERNA E EXTERNA	-42.238.537,91	-190.204.975,21
CONTRAPARTIDA DO ESTADO	6.050.194,67	-2.123.884,02
RECURSOS ORDINARIO FUNDEB	1.725.722,68	6.120.426,21
RECURSOS COM CONTINGENCIAMENTO ESPECIAL	14.820.413,79	-451.006,15
TRANSF.FINAN.DA UNIAO P/DESPORTO LEI 90615-98	557.971,81	1.166.007,83
COTA-PARTE FES	649.233,91	427.643,75
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	10.766.311,90	-8.475.532,38
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.160.288,55	2.357.962,94

²Com Investimentos de Curto e Prazo e Haveres Financeiros reclassificados de Permanente para Financeiros;

³Sem Investimentos de Curto e Prazo e Haveres Financeiros, os quais foram reclassificados como Ativo Financeiro, conforme Indicador de Superávit Financeiro - ISF (F).

COTA-PARTE FUNESBOM	472.722,05	1.202.276,73
COTA-PARTE FUNDIMPER	2.721.339,94	1.189.462,62
COTA-PARTE - FITHA	848.214,45	78.998.862,90
COTA-PARTE CIDE	29.700.444,64	13.219.532,38
COTA PARTE FUNDEP	1.375.865,99	-383.055,98
RECURSOS DO FUNDO DE DESENV.INST.- FDI/TCE	33.779.275,29	468.042,94
COTA-PARTE DA COMPENS. FINANC. RECUR MINERAIS	382.933,39	694.431,94
COTA DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO	719,67	3.297.183,17
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS P/ENTIDADES	243.211.204,35	176.357.523,27
RECURSOS CONVENIADOS DIRETAMENTE ADM INDIRETA	5.325.431,89	5.663.027,45
COTA PARTE DO FECOEP/RO	15.532.371,98	0
PREVIDÊNCIA (AJUSTADO) ⁴	1.654.316.094,75	1.340.395.370,43
HAVERES FINANCEIROS (AJUSTADO) ⁴	68.469.645,36	45.359.002,81
Total das Fontes de Recursos (AJUSTADO) ⁴	2.533.295.478,83	1.498.786.541,43

⁴Com inclusão dos Investimentos de Curto e Prazo e Haveres Financeiros não controlados por fontes, mas classificados como Financeiro pelo Indicador de Superávit Financeiro - ISF (F).

Balanço Orçamentário

Exercício 2015

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	6.461.109.820,56	6.563.936.011,09	7.024.146.886,73	460.210.875,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.162.560.857,40	3.168.023.101,21	3.279.422.708,42	111.399.607,21
Impostos	3.063.709.608,38	3.065.738.828,38	3.191.390.741,56	125.651.913,18
Taxas	98.851.249,02	102.284.272,83	88.031.966,86	-14.252.305,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	467.918.345,95	467.918.345,95	521.944.051,82	54.025.705,87
Contrib Sociais	467.918.345,95	467.918.345,95	521.944.051,82	54.025.705,87
RECEITA PATRIMONIAL	176.657.463,19	177.832.990,99	379.300.832,06	201.467.841,07
Receitas Imobiliárias	15.713,95	15.713,95	150.173,96	134.460,01
Receitas de Valores Mobiliários	176.307.749,24	177.483.277,04	378.553.198,27	201.069.921,23
Outras Receitas Patrimoniais	334.000,00	334.000,00	597.459,83	263.459,83
RECEITA DE SERVIÇOS	217.608.798,65	217.608.798,65	220.031.739,47	2.422.940,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.964.303.528,96	2.059.511.359,53	2.328.599.713,00	269.088.353,47
Transferências Intergovernamentais	1.948.543.537,79	2.035.007.966,21	2.269.894.050,74	234.886.084,53
Transferências de Convênios	15.759.991,17	24.503.393,32	58.705.662,26	34.202.268,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	472.060.826,41	473.041.414,76	294.847.841,96	-178.193.572,80
Multas e Juros de Mora	74.049.049,67	74.824.015,04	58.076.607,53	-16.747.407,51
Indenizações e Restituições	9.450.219,47	9.655.842,45	3.985.029,81	-5.670.812,64
Receita da Dívida Ativa	118.350.701,59	118.350.701,59	30.136.067,24	-88.214.634,35
Receitas Correntes Divers	270.210.855,68	270.210.855,68	202.650.137,38	-67.560.718,30
RECEITAS DE CAPITAL (II)	161.902.343,45	357.231.560,87	169.585.338,61	-187.646.222,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	110.571.553,10	258.209.277,17	117.241.365,75	-140.967.911,42
Operações de Crédito Internas	110.571.553,10	258.209.277,17	111.426.990,04	-146.782.287,13
Operações de Crédito Externas	0	0	5.814.375,71	5.814.375,71
ALIENAÇÃO DE BENS	107.109,70	107.109,70	0	-107.109,70
Alienação de Bens Móveis	107.109,70	107.109,70	0	-107.109,70
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	2.810,15	2.810,15	0	-2.810,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.220.870,50	98.912.363,85	52.343.972,86	-46.568.390,99
Transferências Intergovernamentais	26.105.444,69	38.915.882,69	13.229.114,24	-25.686.768,45
Transferências de Convênios	25.115.425,81	59.996.481,16	39.114.858,62	-20.881.622,54
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores(III)	0	0	0	0
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores(III)	0	0	0	0

SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I+II+III)	6.623.012.164,01	6.921.167.571,96	7.193.732.225,34	272.564.653,38
OPERACOES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (V)	0	0	0	0
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (VI)=(IV+V)	6.623.012.164,01	6.921.167.571,96	7.193.732.225,34	272.564.653,38
DÉFICIT (VII)	0	247.806.654,02	0	-247.806.654,02
TOTAL (VIII)=(VI + VII)	6.623.012.164,01	7.168.974.225,98	7.193.732.225,34	24.757.999,36
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) Superávit Financeiro 247.806.654,02 Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	5.665.706.392,50	6.044.858.270,13	5.821.437.404,20	5.681.527.476,79	5.598.409.973,60	223.420.865,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.733.340.309,86	3.967.344.124,77	3.939.650.259,93	3.932.249.685,13	3.893.273.715,82	27.693.864,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	67.405.142,00	40.276.382,07	39.755.356,50	39.755.356,50	39.750.359,50	521.025,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.864.960.940,64	2.037.237.763,29	1.842.031.787,77	1.709.522.435,16	1.665.385.898,28	195.205.975,52
DESPESAS DE CAPITAL (X)	811.369.086,51	1.009.651.790,85	650.033.830,06	445.981.500,59	423.448.594,24	359.617.960,79
INVESTIMENTOS	672.636.989,51	878.832.268,38	523.686.671,56	319.634.342,09	297.173.243,77	355.145.596,82
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.245.239,00	7.227.239,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.227.239,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	132.486.858,00	123.592.283,47	123.347.158,50	123.347.158,50	123.275.350,47	245.124,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	145.936.685,00	114.464.165,00	0	0	0	114.464.165,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII)=(IX+X+XI+XII)	6.623.012.164,01	7.168.974.225,98	6.471.471.234,26	6.127.508.977,38	6.021.858.567,84	697.502.991,72
AMORTIZ DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XIV)	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (XV)=(XIII+XIV)	6.623.012.164,01	7.168.974.225,98	6.471.471.234,26	6.127.508.977,38	6.021.858.567,84	697.502.991,72
SUPERÁVIT (XVI)	0	0	722.260.991,08	0	0	-722.260.991,08
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	6.623.012.164,01	7.168.974.225,98	7.193.732.225,34	6.127.508.977,38	6.021.858.567,84	-24.757.999,36

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

----- Inscritos -----						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	21.133.281,86	190.183.774,03	962.611,94	119.685.331,41	76.403.964,78	15.227.759,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.445,54	30.895.338,22	0	22.805.887,98	8.137.895,78	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.084.836,32	159.288.435,81	962.611,94	96.879.443,43	68.266.069,00	15.227.759,70
DESPESAS DE CAPITAL	105.988.099,72	317.726.561,13	874.322,42	129.709.071,05	201.747.594,68	92.257.995,12
INVESTIMENTOS	105.988.099,72	308.646.561,13	874.322,42	123.869.071,05	201.747.594,68	89.017.995,12
INVERSÕES FINANCEIRAS	0	9.080.000,00	0	5.840.000,00	0	3.240.000,00
TOTAL	127.121.381,58	507.910.335,16	1.836.934,36	249.394.402,46	278.151.559,46	107.485.754,82

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

----- Inscritos -----					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	28.332.092,76	160.640.740,02	129.284.678,25	10.768.997,31	48.919.157,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.045.935,41	75.308.803,35	41.987.558,55	171.923,50	43.195.256,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	0	0	0	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.286.157,35	85.331.936,67	87.297.119,70	10.597.073,81	5.723.900,51
DESPESAS DE CAPITAL	24.238.965,91	31.275.173,10	37.232.878,93	11.836.466,22	6.444.793,86
INVESTIMENTOS	24.238.965,91	31.275.173,10	37.232.878,93	11.836.466,22	6.444.793,86
TOTAL	52.571.058,67	191.915.913,12	166.517.557,18	22.605.463,53	55.363.951,08

Balanço Financeiro

Exercício 2016

INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária(I)	7.193.732.225,34	6.409.406.036,36
Ordinária	6.425.100.399,04	5.982.540.660,32
Vinculada	2.712.372.984,88	2.291.336.517,84
Convênios	118.087.392,81	40.940.289,97
Cota-Parte-Educação	26.347.867,39	30.448.576,28
Sistema Único de Saúde	242.345.545,42	205.562.962,11
Operações de Crédito	118.309.659,78	37.678.946,72
Recursos Diretamente Arre. P/Entidades	1.055.269.083,94	941.553.934,59
Outros Recursos Vinculados	1.152.013.435,54	1.035.151.808,17
(-)Dedução da Receita Orçamentária	-1.943.741.158,58	-1.864.471.141,80
Transferências Financeiras Recebidas(II)	4.754.280.949,76	5.139.900.807,09
Cotas recebidas	1.088.513.219,81	986.523.927,17
Repasse recebidos	3.534.438.837,61	3.236.666.429,26
Recursos arrecadados recebidos/internos	0	803.679.817,23
Correspondência de débitos	2.768.134,86	7.464.671,23
Demais Transf. Financ. Recebidas	25.588.431,28	440.029,22
Precatórios	102.972.326,20	105.125.932,98
Recebimentos Extraorçamentários(III)	5.056.513.844,30	6.288.471.195,70
Inscrição RPP do Exercício	105.650.409,54	191.915.913,12
Inscrição RPNP do Exercício	343.962.256,88	507.910.335,16
Valores restituíveis - retenção	1.245.767.498,57	1.173.663.193,18
Haveres financeiros	3.290.164.509,44	4.362.288.906,18
Ajustes de exercícios anteriores	70.969.169,87	51.248.260,30
Ingressos diferidos	0	1.444.587,76
Dispêndio diferido	0	0
Saldo do Exercício Anterior(IV)	1.108.861.890,13	952.861.078,04
Caixa e equivalente de caixa	1.064.302.006,08	911.103.335,70
Depositos restit. e valores vinculados	44.559.884,05	41.757.742,34
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)	18.113.388.909,53	18.790.639.117,19

DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária(VI)	6.471.471.234,26	6.222.163.691,25
Ordinária	4.191.098.070,55	3.989.968.597,10
Vinculada	2.280.373.163,71	2.232.195.094,15
Convênios	60.568.445,94	105.181.966,21
Cota-Parte-Educação	27.319.044,33	29.815.091,20
Sistema Único de Saúde	238.421.628,05	206.837.464,36

Operações de Crédito	79.841.781,37	168.088.626,38
Recursos Diretamente Arre. P/Entidades	666.870.196,14	585.107.225,10
Outros Recursos Vinculados	1.207.352.067,88	1.137.164.720,90
Transferências Financeiras Concedidas(VII)	4.747.485.740,39	5.163.994.839,47
Cotas Concedidas	1.090.059.477,96	1.006.612.930,72
Repasse Concedidos	3.534.430.362,28	3.223.929.868,69
Recursos arrecadados concedidos/internos	0	803.679.817,23
Correspondência de Crédito	2.261.848,48	7.464.471,23
Transf. Concedidas Indep. Exec. Orçamentária	25.588.431,28	20.312.641,71
Precatórios TJ	94.577.047,63	95.556.869,01
Devolução de Transferências Recebidas	0	0
Transferências Concedidas entre UG/Órgão	0	140.029,22
Movimento de Fundos a Crédito	0	0
Perdas Financeiras	0	12.582,09
Valores Diferidos	568.572,76	6.285.629,57
Incorporação de Passivo	0	0
Pagamentos Extraorçamentários(VIII)	5.381.722.580,72	6.295.618.696,34
RPP pagos exercício anterior	153.642.044,44	164.395.116,29
RPNP pagos do exercício anterior	231.055.179,91	182.031.065,23
RPP pagos de exercícios anteriores	8.056.964,05	9.754.676,19
RPNP pagos de exercícios anteriores	23.157.771,24	26.372.170,83
Valores Restituíveis	1.272.341.288,86	1.178.606.412,58
Haveres Financeiros	3.627.195.876,31	4.674.394.399,80
Ajustes de Exercícios Anteriores	29.653.229,85	21.897.770,03
Dispêndio diferido	0	2.041.193,86
Anulação Restos a Pagar	22.605.463,53	0
Perdas de Investimentos Temporários	14.014.762,53	36.125.891,53
Saldo para o Exercício Seguinte(IX)	1.512.709.354,16	1.108.861.890,13
Caixa e equivalente de caixa	1.445.528.758,68	1.064.302.006,08
Depositos restit. e valores vinculados	67.180.595,48	44.559.884,05
TOTAL(X)=(VI+VII+VIII+IX)	18.113.388.909,53	18.790.639.117,19

Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício 2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.821.648.283,09	3.730.846.813,30
Impostos	3.697.189.587,91	3.625.675.618,89
Taxas	124.448.695,18	105.171.194,41
Contribuição de Melhoria	10.000,00	0
Contribuições	521.403.733,40	505.922.936,23
Contrib Sociais	521.403.733,40	505.922.936,23
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	203.929.962,41	193.571.367,81
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	203.929.962,41	193.571.367,81
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	473.656.558,82	481.166.256,88
Juros e Encargos de Mora	26.341.120,10	26.220.909,00
Variações Monetárias e Cambiais	837,51	0
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	377.785.703,14	295.454.270,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	69.528.898,07	159.491.077,64
Transferências e Delegações Recebidas	8.589.000.431,09	9.029.101.208,32
Transferências Intragovernamentais	4.768.510.462,65	5.791.691.911,18
Transferências Intergovernamentais	3.818.166.796,35	3.235.641.373,00
Transferências das Instituições Privadas	1.603.174,15	1.626.737,46
Delegações Recebidas	719.997,94	140.961,68
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	125.282.727,23	800.289.622,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	6.677.361,48	794.438.725,59
Desincorporação de Passivos	118.605.365,75	5.850.896,41
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	8.667.618.988,17	1.074.945.060,40
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	127.925,81	22.311,46
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	8.252.101.244,58	761.284.986,96
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	415.389.817,78	313.637.761,98
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	22.402.540.684,21	15.815.843.264,94

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal e Encargos	3.921.048.505,52	3.579.301.355,14
Remuneração a Pessoal	3.162.196.380,89	2.940.912.983,34
Encargos Patronais	341.641.647,07	317.660.783,82
Benefícios a Pessoal	385.011.044,87	295.152.029,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	32.199.432,69	25.575.558,72

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	463.521.730,67	404.474.080,18
Aposentadorias e Reformas	338.035.390,74	289.994.606,63
Pensões	86.469.932,10	77.469.654,50
Benefícios Eventuais	25.213.570,20	36.974.801,44
Políticas Publicas de Transferência de Renda	13.621.713,31	0
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	181.124,32	35.017,61
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	790.049.064,13	706.928.648,10
Uso de Material de Consumo	133.117.787,26	84.704.159,89
Serviços	650.700.574,12	619.640.803,46
Depreciação, Amortização de Exaustão	6.230.702,75	2.583.684,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	85.646.217,20	140.909.397,21
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	39.743.688,58	43.903.395,60
Juros e Encargos de Mora	34.304,45	127.311,78
Variações Monetárias e Cambiais	101,74	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	45.868.122,43	96.878.689,83
Transferências e Delegações Concedida	6.955.834.735,47	7.946.580.498,18
Transferências Intragovernamentais	4.761.722.558,59	5.798.702.757,69
Transferências Intergovernamentais	2.117.891.293,23	2.040.660.946,00
Transferências a Instituições Privadas	67.742.123,57	107.000.838,61
Transferências a Consórcios Públicos	1.900.000,00	0
Execução Orçamentária Delegada a Entes	5.050.200,47	0
Delegações Concedidas	1.528.559,61	215.955,88
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	143.471.565,14	74.326.324,89
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	14.014.762,53	36.138.473,62
Perdas Involuntárias	10.851.436,86	32.256.954,86
Incorporação de Passivos	118.605.365,75	5.850.896,41
Desincorporação de Ativos	0	80.000,00
Tributarias	84.270.712,24	64.178.620,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.489.879,51	1.084.342,82
Contribuições	81.780.832,73	63.094.277,72
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.514.784.565,57	1.647.287.010,36
Premiações	298.260,73	1.243.568,70
Incentivos	2.137.891,36	606.974,28
VPD de Constituição de Provisões	9.027.487.200,07	981.514.437,63
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	484.861.213,41	663.922.029,75
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	21.958.627.095,94	14.563.985.934,60

Resultado Patrimonial do Período (III)=(I-II)	443.913.588,27	1.251.857.330,34
--	-----------------------	-------------------------

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Exercício 2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	11.778.427.836,49	11.371.633.385,61
Receitas derivadas e originarias	4.400.699.331,77	3.280.563.412,18
Transferências correntes recebidas	7.082.880.662,76	7.784.367.217,02
Outros ingressos operacionais	294.847.841,96	306.702.756,41
DESEMBOLSO	10.594.865.723,65	10.604.665.390,73
Pessoal e demais despesas	5.723.377.562,94	5.280.301.194,94
Juros e encargos da dívida	39.750.359,50	43.903.396,22
Transferências concedidas	4.831.737.801,21	5.280.460.799,57
Outros desembolsos operacionais	0	0
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	1.183.562.112,84	766.967.994,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0	0
Alienação de Bens	0	0
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0	0
Outros ingressos de investimentos	0	0
DESEMBOLSO	467.115.193,75	379.148.457,85
Aquisição de Ativo não Circulante	467.115.193,75	379.148.457,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0
Outros desembolsos de investimentos	0	0
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-467.115.193,75	-379.148.457,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	169.585.338,61	55.460.206,21
Operações de Créditos	117.241.365,75	32.855.036,76
Integralização do capital social de empresas depen	0	0
Transferências de capital recebidas	52.343.972,86	22.605.169,45
Outros ingressos de financiamentos	0	0
DESEMBOLSO	123.275.350,47	115.684.538,29
Amortização/Refinanciamento da Dívida	123.275.350,47	115.684.538,29
Outros desembolsos de financiamentos	0	0
Fluxo de caixa líquido das ativ. de financiamento(III)	46.309.988,14	-60.224.332,08
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	762.756.907,23	327.595.204,95
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	1.064.302.006,08	911.103.335,70
Caixa e Equivalente de caixa final	1.827.058.913,31	1.238.698.540,65

Quadro das Receitas Derivadas e Originárias

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	3.279.422.708,42	2.275.838.373,47
Receita de Contribuições	521.944.051,82	506.740.571,69
Receita Patrimonial	747.633,79	187.130.334,46
Receita Agropecuária	0	0
Receita Industrial	0	0
Receita de Serviços	220.031.739,47	201.405.115,76
Remuneração das Disponibilidades	378.553.198,27	109.449.016,80
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0	0
Total das Receitas Derivadas e Originárias	4.400.699.331,77	3.280.563.412,18

Quadro das Transferências Recebidas e Concedidas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União	1.527.909.962,69	2.076.265.663,40
de Estados e Distrito Federal	0	0
de Municípios	0	0
Intragovernamentais	4.754.280.949,76	5.009.318.081,60
Outras Transferencias Governamentais	800.689.750,31	698.783.472,02
Total das Transferências Recebidas	7.082.880.662,76	7.784.367.217,02
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União	84.252.060,82	87.901.627,15
a Estados e Distrito Federal	0	0
a Municípios	0	25.790,39
Outras transferências Concedidas	0	0
Intragovernamentais	4.747.485.740,39	5.192.533.382,03
Total das Transferências Concedidas	4.831.737.801,21	5.280.460.799,57

Quadro De Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

	Exercício Atual	Exercício Anterior
LEGISLATIVA	305.909.243,92	274.676.856,48
JUDICIARIA	661.055.215,58	638.799.816,77
ESSENCIAL A JUSTICA	326.836.856,86	252.726.318,56
ADMINISTRACAO	864.080.915,88	637.118.771,42
SEGURANCA PUBLICA	785.014.028,22	947.274.212,50
ASSISTENCIA SOCIAL	12.954.760,35	8.657.841,46
PREVIDENCIA SOCIAL	438.282.975,73	382.263.085,03

SAUDE	946.547.868,00	870.770.899,30
TRABALHO	4.927.791,20	16.579,13
EDUCACAO	1.095.683.301,77	1.018.494.406,43
CULTURA	1.393.823,48	901.887,56
DIREITOS DA CIDADANIA	795.946,14	0
URBANISMO	123.746,61	0
HABITACAO	64.707,64	228.925,94
SANEAMENTO	209.571,74	0
GESTAO AMBIENTAL	7.208.203,26	6.482.806,06
CIENCIA E TECNOLOGIA	2.841.234,09	1.839.224,07
AGRICULTURA	171.383.886,42	166.898.802,17
ORGANIZACAO AGRARIA	266.452,50	86.135,00
INDUSTRIA	139.680,00	50.570,30
COMERCIO E SERVICOS	5.929.044,22	1.334.476,88
TRANSPORTE	47.907.557,20	31.118.672,90
DESPORTO E LAZER	4.233.359,81	2.863.285,27
ENCARGOS ESPECIAIS	39.587.392,32	37.697.621,71
Total dos Des. de Pessoal e Demais Despesas por Função	5.723.377.562,94	5.280.301.194,94

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	39.266.717,21	43.733.463,41
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	483.642,29	169.932,81
Outros Encargos da Dívida	0	0
Total dos Juros e Encargos da Dívida	39.750.359,50	43.903.396,22

Quadro de Informações Adicionais

	Exercício Atual
Saldo de Caixa e Equivalente de caixa final (Apurado)	1.827.058.913,31
Haveres Financeiros (Movimento Crédito)	3.290.164.509,44
Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Crédito)	70.969.169,87
Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Crédito)	1.365.314.951,69
Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Crédito)	1.407.581.693,41
(-) Valores Restituíveis - Passivo (Movimento Débito)	1.391.888.741,98
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores (Movimento Débito)	29.653.229,85
(-) Haveres Financeiros (Movimento Débito)	3.627.195.876,31
(-) Anulação de Restos a Pagar	22.605.463,53
(-) Perdas de Investimentos	14.014.762,53
(-) Valores Restituíveis - Ativo (Movimento Débito)	1.430.202.404,84
= Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa (Ajustado)	1.445.528.758,68

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício 2016

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	17.437.562,73		6.158,00				10.910.541.074,25		10.927.984.794,98
Ajustes de exercícios anteriores							-1.254.977.383,78		-1.254.977.383,78
Aumento de capital	5.562.437,27		-6.158,00				-5.556.279,27		0
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas									
Juros sobre capital próprio									
Resultado do exercício							443.913.588,27		443.913.588,27
Ajustes de avaliação patrimonial									
Constituição / Reversão de reservas									
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)									
Saldos finais	23.000.000,00		0				10.093.920.999,47		10.116.920.999,47

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Exercício 2016

Títulos	Saldo Exercício Anterior	Inscrição	Pagamento Cancelamento	Reclassificação	Saldo para Exercício Seguinte
Restos a pagar	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
Restos a Pagar Processados do Exercício	191.915.913,12	105.650.409,54	155.135.063,98	-36.780.849,14	105.650.409,54
Restos a Pagar Processados de Exercícios Ant.	39.930.377,26	0	24.053.715,97	36.780.849,14	52.657.510,43
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	507.910.335,16	343.962.256,88	437.186.456,40	-70.723.878,76	343.962.256,88
Restos a Pagar Não Processados de Exercício Ant	139.762.062,99	0	100.293.746,28	70.723.878,76	110.192.195,47
Subtotal	879.518.688,53	449.612.666,42	716.668.982,63	0	612.462.372,32

Títulos	Saldo Exercício Anterior	Retenções	Recolhimento	Reclassificação	Saldo para Exercício Seguinte
Valores Restituíveis	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
Valores Restituíveis - Consolidação	70.950.388,01	608.166.286,39	613.068.074,52	0	66.048.599,88
Valores Restituíveis - Intra OFSS	8.159.461,90	279.875.212,90	276.324.200,44	0	11.710.474,36
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	35.874.386,08	342.591.760,72	367.385.867,26	0	11.080.279,54
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0	0	0	0	0
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Município	1.326.797,42	15.134.238,56	15.563.146,64	0	897.889,34
Subtotal	116.311.033,41	1.245.767.498,57	1.272.341.288,86	0	89.737.243,12
Total Geral	995.829.721,94	1.695.380.164,99	1.989.010.271,49	0	702.199.615,44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e à Lei Orçamentária Anual.

As demonstrações contábeis estão apresentadas de forma a atender à Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição, válido a partir do exercício de 2016.

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards).

Esta Portaria foi alterada pela Portaria STN nº 753, de 21/12/2012, a qual estabelece o ano de 2014 como prazo limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e, também, determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais, que abrangem:

I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;

II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;

III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;

IV - registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;

V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e

VI - Implementação do sistema de custos.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Contabilidade resultaram na implementação, em janeiro de 2013, do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, atendendo de forma antecipada ao prazo estipulado pela Portaria STN nº 828/11.

Cumprir destacar que o SIAFEM já se encontra preparado para os lançamentos que visam atender os incisos de I a V, ou seja, de créditos, obrigações e provisões por competência, bens, fenômenos econômicos e ativos de infraestrutura, com eventos e contas contábeis próprias.

Estima-se, ainda, que o trabalho conjunto do Estado com o TCE-RO, para aquisição e customização de Sistema Integrado (E-cidades), com módulo de gestão patrimonial, para avaliação, registro e evidenciação da depreciação, amortização e exaustão conceda ao Estado uma ferramenta completa para viabilizar maior controle dos bens e seus fenômenos econômicos.

Ademais, os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação, bem como os relativos à depreciação, à amortização ou à exaustão foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte I e II, aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014. Tal manual foi elaborado no âmbito do GTCON, que reúne membros dos diversos órgãos da administração pública estadual. O mesmo está disponível nos sítios www.transparencia.ro.gov.br e www.contabilidade.ro.gov.br.

Ressalte-se que as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diferente e, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas contidas neste Relatório Técnico foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios – SIAFEM e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico

ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

d) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

e) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no site www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIAFEM já se encontra preparado para os lançamentos.

f) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos de depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no site www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIAFEM já se encontra preparado para os lançamentos.

g) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

h) Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio de previdência dos servidores; da Cota-Parte do Salário Educação; da Cota-Parte da CIDE; da Cota-Parte Recursos Hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB.

i) Receita Corrente Líquida – RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida - RCL foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais aos municípios, o repasse ao FUNDEB e as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS.

Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

A metodologia apresentada da Receita Corrente Líquida segue os parâmetros estabelecidos pela STN. Entretanto, em nota, a Superintendência de Contabilidade informa a Receita Corrente Líquida apurada em conformidade com a Instrução Normativa nº 002/2013/SUPER/SEFIN-RO, uma vez que as transferências a regularizar afetam diversos cálculos dependentes da RCL. Está disponível no site www.transparencia.ro.gov.br

j) Receita Líquida Real – RLR

A Lei Federal nº 9.496/97 proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da Federação e estabeleceu o conceito de Receita Líquida Real – RLR, demonstrativo elaborado com base nas Receitas do Tesouro arrecadadas que serve como base de cálculo para o pagamento da Dívida Pública renegociada (intralimite).

k) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI Exportação e ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.

3 Das Alterações Metodológicas

Com advento do MCASP 6ª edição, alguns demonstrativos sofreram as seguintes alterações em suas estruturas:

- No Balanço Patrimonial os quadros “Ativo e Passivos Financeiros e Permanentes” e o “Contas de Compensação” passaram a ser destacados. Já o quadro do “Superávit/Déficit Financeiro” passou a ser apresentado de forma comparativa, detalhando-se a classificação das Fontes de Recursos “Ordinárias e Vinculadas”;
- No Balanço Patrimonial, o Estado passou a evidenciar o Quadro “Ativo e Passivos Financeiros e Permanentes” e o Quadro “Superávit/Déficit Financeiro” com investimentos de curto prazo e de haveres financeiros reclassificados, demonstrando, desta forma, o Ativo Financeiro e o Superávit Financeiro apurados considerando tanto pelo controle de fontes, quanto pelo Indicador de Superávit Financeiro - ISF (F);
- No Balanço Financeiro, os investimentos de Curto Prazo e os Haveres Financeiros foram reclassificados, como Haveres Financeiros, mantendo-se no detalhamento dos saldos para o Exercício Seguinte e do Saldo do Exercício Anterior somente os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Depósitos e Restit. e Valores Vinculados;

- Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos das “Atividades Operacionais” foram sintetizados e desmembrados em anexos próprios;
- Na Demonstração das Variações Patrimoniais, o Quadro das Variações Qualitativas passou a ser facultativo; e
- No Balanço Orçamentário as receitas passaram a ser apresentadas somente até Origem (5º Nível).

4 Deduções da Receita Corrente

As deduções da Receita Corrente são representadas pelos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB.

5 Balanço Patrimonial

No início de 2016, a contabilidade estadual passou a adotar critérios mais rígidos para o controle de fontes de recursos. Assim, iniciou um processo de depuração de todos os saldos contábeis das contas de ativo financeiro.

O avanço conquistado foi significativo no bloqueio de lançamentos atrelados a fontes nas contas bancárias estaduais, bem como nas conciliações bancárias e regularização de valores em trânsito.

Por conseguinte, com exceção das contas 113.8xxx.xxx e a de investimentos de curto prazo, as demais contas foram vinculadas efetivamente às fontes específicas.

Entretanto, o Ativo Financeiro apurado é classificado pelo controle de fontes, ficando, desta forma, excetuadas as contas 113.8xxx.xxx e a de investimentos de curto prazo, as quais restaram classificadas como Ativo Permanente por exclusão.

Para afastar equívocos de interpretação, evidenciamos o Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o Quadro de Déficit/Superávit Financeiro das duas formas, ou seja, a primeira evidenciação pelo controle de fontes, conciliando com as contas de controle, e a segunda com a apuração real, pelo Indicador de Superávit Financeiro, pelo real atributo Financeiro (F).

6 Balanço Financeiro

Diferentemente do Balanço Financeiro de 2015, o demonstrativo de 2016 passou a detalhar o Saldo para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior, fazendo constar somente as contas Caixa e Equivalentes de Caixa e de Depósitos e Restit. e Valores Vinculados.

Por derradeiro, foi necessário promover a reclassificação dos investimentos de Curto Prazo e os Haveres Financeiros, como Haveres Financeiros, excluindo-os dos referidos saldos.

Tendo em vista a necessidade de manutenção da comparabilidade, a coluna de exercício anterior foi ajustada à mesma metodologia de 2016, preservando-se a capacidade de análise e comparação dos dados.

7 Anexo 2 do Balanço Orçamentário e Dívida Flutuante

Diferentemente do Anexo 17 da Dívida Flutuante, os Anexos do Balanço Orçamentário utilizam a visão patrimonial dos restos a pagar não processados liquidados de exercícios anteriores, uma vez que estes devem compor o quadro de “Processados”, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª Edição.

Já o Anexo 17 - Dívida Flutuante, demonstra, sob o enfoque orçamentário, toda a movimentação de restos a pagar não processados de exercícios anteriores, sejam estes liquidados ou não, na mesma conta, conforme Lei 4.320/64.

8 Dívida Pública - Anexo 16 da Lei 4.320/64

O Estado de Rondônia possui baixo grau de endividamento. O Senado Federal estabeleceu o limite de 200% da Receita Corrente Líquida como teto para as dívidas dos Estados.

Nosso Estado ao final do exercício de 2016 apresentava 50,59% de comprometimento da Receita Corrente Líquida em relação a dívida consolidada contratual, ou seja, muito abaixo do limite de 200% determinado pelo Senado. O percentual fica em 63,91% quando incluídas as dívidas com precatórios.

As principais as dívidas por contrato, vigentes em 2016, são as abaixo identificadas.

DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS (DMLP) - “1992 FINANCING PLAN”

O Plano de Financiamento para o Brasil de 1992 foi um acordo firmado ao amparo da Resolução do Senado Federal nº 98/92, alterada pelas Resoluções nº 90/93 e 132/93, reestruturando a dívida de médio e longo prazos (principal vencido e vincendo, assim como juros devidos e não pagos no período de 01.01.91 a 15.04.94) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão em 15.04.94 de sete tipos de bônus pela União: Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C - Bond, Discount Bond, Par Bond e El Bond. A contratação do financiamento interno com os mutuários originais, formalizando o repasse das condições financeiras do acordo com prestações semestrais em abril e outubro, foi autorizada pelas Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00. Vencimento final: 15.04.2024.

PROGRAMA DE SANEAMENTO DO SETOR PÚBLICO- LEI Nº 8.727, DE 05.11.1993

A Lei nº 8.727/93 trata do refinanciamento, pela União, do saldo das dívidas existentes em 30.06.93, decorrentes de operações de crédito interno contratadas até 30.09.91 junto a órgãos e entidades federais, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e Municípios. Os Estados e Municípios pagarão os valores refinanciados em até 240 prestações mensais (vinte anos), atualizadas pelos encargos pactuados junto aos credores originais. Implementado no final de 1993, o aludido refinanciamento mereceu a adesão expressiva mediante a contratação com 25 estados e 112 municípios, proporcionando um reescalonamento de dívidas da ordem de US\$ 20,8 bilhões.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS - LEI Nº 9.496, DE 11.09.1997

A Lei 9.496/97 trata da assunção e do refinanciamento, pela União, das seguintes obrigações de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal: 1) dívida pública mobiliária constituída até 31.03.96, e as que constituídas após essa data, consubstanciaram simples rolagens de dívidas anteriores; 2) decorrentes de operações de crédito interno e externo, ou de natureza contratual, relativas a despesas líquidas e certas, exigíveis até 31.12.94; 3) empréstimos tomados junto à Caixa Econômica Federal ao amparo da Resolução nº 70/95, do Senado Federal. Os Estados pagarão os valores refinanciados em até 360 prestações mensais (trinta anos), atualizadas pela variação positiva do IGP-DI, com juros mínimos de 6% a.a.. O Programa contou com a adesão de 26 Estados da Federação(somente o estado de Tocantins não aderiu ao Programa). Desde de Julho de 2014 está suspenso o pagamento devido Liminar do STF em Ação Cautelar nº 3637.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA OS ESTADOS BRASILEIROS - PNAFE

O Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE, foi criado para fomentar o fortalecimento e a modernização da administração fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Assim, em 16.03.1997, a União firmou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Contrato de Empréstimo nº 980/OC-Br, no valor de US\$ 500.000.000,00. As condições financeiras do contrato prevêem que o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário dentro do prazo de 20 anos, com pagamentos semestrais das parcelas de principal e juros.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 02713/2013. Valor de R\$ 20.052.135,84 a serem pagos em 60 parcelas iniciando em 10/01/2014.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 02714/2013. Valor de R\$ 191.924.495,24 a serem pagos em 240 parcelas iniciando em 10/01/2014.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 02756/2013. Valor de R\$ 75.353.379,69 a serem pagos em 240 parcelas iniciando em 10/01/2014.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 02757/2013. Valor de R\$ 75.352.637,47 a serem pagos em 60 parcelas iniciando em 10/01/2014.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 00805/2014. Valor de R\$ 21.264.451, a serem pagos em 60 parcelas iniciando em 10/10/2014.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 02428/2013. Valor de R\$ 9.914.120,67 a serem pagos em 30 parcelas iniciando em 10/12/2013.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Acordo CADPREV nº 00804/2014. Valor de R\$ 10.726.622,36 a serem pagos em 60 parcelas iniciando em 10/10/2014.

PEF -1

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 20/00010-3 que entre si celebram o Estado de Rondônia e o Banco do Brasil S. A. Crédito de R\$ 112.624.000,00, conforme decisão da diretoria do BNDES nº 1.527/2009 de 22/12/2009, destinado a concessão de colaboração financeira, ao estado de Rondônia para a realização das despesas de capital, constantes do orçamento anual de 2009, vedada a aplicação dos recursos em despesas correntes ou dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

PEF -2

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 11.2.0666.1 que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o governo do Estado de Rondônia.

O BNDES abre ao Beneficiário, por este contrato, um crédito no valor de R\$ 168.936.000,00, destinado a viabilizar a execução de programas de desenvolvimento integrado constantes do Plano Plurianual e das leis orçamentárias do Estado de Rondônia.

PIDISE

Contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0514.1 que entre si fazem o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o governo do Estado de Rondônia.

O BNDES abre ao Beneficiário, por este contrato, um crédito no valor de R\$ 450.843.366,00, destinado à execução de intervenções no âmbito do Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Sócio-Econômica- PIDISE.

Objetivando ampliar e modernizar a infraestrutura social, econômica e da Administração do Estado constantes do PPA, dividido em 4 subcréditos.

Subcrédito A: R\$ 93.329.000,00

Subcrédito B: R\$ 85.970.450,00

Subcrédito C: R\$ 222.422.200,00

Subcrédito D: R\$ 49.121.716,00

PROFISCO

O objetivo geral do projeto é melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado de Rondônia, visando incrementar as receitas próprias do estado, aumentar a eficiência e a eficácia do gasto público e melhorar seu controle e prover melhores serviços ao cidadão. Tem o valor total de US\$ 6.231.000,00 junto ao BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CAMINHO DA ESCOLA/ BNDES

Destinado a compra de ônibus escolares no valor total de R\$ 40.600.000,00. Liquidado em Abril de 2016.

SANEAMENTO PAC II

Contrato de financiamento que, entre si, fazem a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Rondônia, destinado à execução de Obras/Serviços/Estudos e Projetos no Município de Ji-Paraná. No valor total de R\$ 31.872.392,23 a ser liquidado em 240 parcelas iniciando em Dezembro de 2014.

SANEAMENTO PARA TODOS PAC I

Contrato de Financiamento e repasse que, entre si, fazem a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado de Rondônia, destinado à execução da implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município de Porto Velho, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos. Empréstimo no valor de R\$ 111.376.615,85 e prazo total de pagamento em 288 meses.

PASEP PARCELAMENTO

Dívida Tributária junto a Secretaria da Receita Federal referente ao período de novembro de 2011 a novembro de 2015. Valor total de R\$ 27.576.042,00 a ser pago em 60 parcelas. Iniciando em Dezembro de 2016.

BERON PARCELAMENTO

Parcelamento através Lei 11.941/2009 junto a Receita Federal. Posteriormente excluído pela PGFN- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e optando-se -pela Lei 12.865/2013.

CDHUR PARCELAMENTO

Parcelamento através Lei 11.941/2009 junto a Receita Federal. Posteriormente excluído pela PGFN- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e optando-se -pela Lei 12.865/2013.

PAES INSS CMR 1

Parcelamento em 176 meses de débitos previdenciários da CMR- Companhia de Mineração de Rondônia, junto a Secretaria da Receita Federal. Liquidado em Outubro de 2016.

PAES INSS- DEVOP

Parcelamento em 180 meses de débitos previdenciários do DEVOP/DRE, junto a Secretaria da Receita Federal.

BERON REFIS LEI 12.865/13

Parcelamento em 180 meses por reabertura da LEI 11.941/09 - PGFN - Débitos Previdenciários e Demais Débitos, conforme artigo 3. A lei 12.865/13 altera os prazos previstos na Lei 11.941/2009.

CEPRORD REFIS LEI 12.865/13

Parcelamento em 180 meses por reabertura da LEI 11.941/09 - PGFN - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - ART. 3. A lei 12.865/13 altera os prazos previstos na Lei 11.941/2009.



ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Para uma melhor análise das demonstrações contábeis, são apresentados a seguir conceitos constantes na literatura que permitirão uma melhor compreensão das Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

Balanço Patrimonial – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, quer seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Controle – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não-circulante – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não-circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Financeiro – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução,

demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

1 Indicadores do Balanço Patrimonial

• Situação financeira

Indicador: Situação Financeira								
Metodologia: Ativo Financeiro/ Passivo Financeiro								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
2,14	-11%	1,90	41%	2,69	-7%	2,51	84%	4,61

A situação financeira indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. Como se pode observar, nos exercícios anteriores, o Estado vinha mantendo superávit, representado por valores superiores a 1,00. Em 2016, o superávit registrado foi significativamente maior, com variação percentual positiva de 84%, em relação a 2015, fruto da política instituída de maior rigor sobre gestão do estoque de restos a pagar e de empenhos do exercício.

• Liquidez

Indicador: Liquidez Corrente								
Metodologia: Ativo Circulante/Passivo Circulante								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
2,72	48%	4,03	26%	5,07	13%	5,73	47%	8,44

O indicador de liquidez corrente demonstra quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.

A Liquidez corrente indica que há R\$ 8,44 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Logo, demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. Portanto, a situação financeira de curto prazo do Estado de Rondônia é satisfatória.

Registre-se que para análise do indicador, quanto maior o valor obtido, melhor é a avaliação.

Indicador: Liquidez Imediata								
------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--

Metodologia: Disponível/Passivo Circulante								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
2,09	-17%	1,74	-8%	1,60	9%	1,76	60%	2,81

A liquidez imediata indica capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa e bancos. Porquanto, há R\$ 2,81 de disponibilidade financeira para cada R\$ 1,00 de dívidas para honrar seus compromissos de curto prazo, contanto, a situação do Estado de Rondônia é satisfatória.

• Endividamento

Indicador: Composição do Endividamento								
Metodologia: Passivo Circulante/ Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,17	-30%	0,12	1%	0,12	-2%	0,12	-28%	0,08

O indicador de composição do endividamento demonstra o quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro e quanto menor o seu valor, melhor é a avaliação.

Conforme se pode observar, apenas 8% da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro, tendo o indicador registrado uma variação percentual negativa de 28% em relação ao ano anterior.

Indicador: Endividamento Oneroso sobre Ativo Total								
Metodologia: Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo/ Ativo Total								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,16	36%	0,22	-12%	0,19	-9%	0,17	7%	0,19

Dos resultados acima, depreende-se que apenas 19% do Ativo Total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras.

Indicador: Dívida Onerosa Líquida								
Metodologia: Disponível /Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,78	-50%	0,39	-7%	0,36	4%	0,38	27%	0,48

Em relação ao caixa e aplicações financeiras, verifica-se que, em 2016, 48% da dívida onerosa encontra correspondência de disponibilidades para fazer face a esta.

2 Indicadores da Execução Orçamentária

Indicador: Execução da Receita								
Metodologia: Receita Executada/Receita Prevista								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,97	-15%	0,82	22%	0,998	-19%	0,81	34%	1,09

Este indicador permite avaliar a precisão do orçamento, em relação à receita. Assim, demonstramos que o Estado vinha arrecadando, nos anos anteriores, abaixo da receita inicialmente prevista nas LOAs, entretanto, em 2016 arrecadou mais que o previsto, tendo em vista o ingresso atípico de receitas federais decorrentes da repatriação de recursos promovidas no exercício.

Indicador: Equilíbrio Orçamentário								
Metodologia: Despesa Fixada/Receita Prevista								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
1,11	-7%	1,03	-3%	1	-7%	0,93	16%	1,08

Já este indica o equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA, conforme observado em 2016.

Frise-se que os valores superiores a 1, apurados nos exercícios 2012, 2013 e 2016, corresponde à parcela de créditos adicionais abertos.

Indicador: Execução da Despesa								
Metodologia: Despesa Executada/ Dotação Atualizada								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,88	-8%	0,81	4%	0,84	-8%	0,77	17%	0,90

O objetivo do indicador de execução de despesa é avaliar a eficácia do orçamento no tocante a fixação da despesa.

Conforme se pode observar, o Estado melhorou o índice em 2016, com variação percentual de 17% em relação ao exercício anterior.

Indicador: Resultado Orçamentário								
Metodologia: Receita Executada/Despesa Executada								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,99	-2%	0,97	6%	1,03	0%	1,03	8%	1,11

Este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário de execução. Conforme o quadro acima, do período exposto, à exceção de 2012 e 2013, verifica-se superávit orçamentário.

Indicador: Execução Orçamentária Corrente								
Metodologia: Receita Corrente/Despesa Corrente								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
1,1	-4%	1,06	8%	1,14	1%	1,15	5%	1,21

Este indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. Quanto maior o seu valor, melhor é a avaliação.

Ressalta-se que os valores superiores a 1, registrados em todos os exercícios analisados, representam a existência de superávit orçamentário corrente, apontando a gestão de 2016 como a de melhor resultado, com variação percentual positiva de 5% em relação ao ano anterior.

Indicador: Execução Orçamentária de Capital								
Metodologia: Receita de Capital/Despesa de Capital								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,09	367%	0,42	-69%	0,13	-38%	0,08	226%	0,26

Os resultados apurados no indicador de execução orçamentária de capital, nos cinco exercícios, demonstram a existência de déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital.

Ressalte-se que, para a avaliação do indicador, os resultados ideais são iguais ou menores que 1, conforme os apurados.

3 Indicadores do Balanço Financeiro

Indicador: Financeiro Real da Execução Orçamentária								
Metodologia: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
0,99	-2%	0,97	6%	1,03	13%	1,16	3%	1,19

O indicador de Financeiro Real da Execução Orçamentária demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também as despesas.

Conforme o quadro acima, à exceção de 2012 e 2013, houve superávit orçamentário na execução e movimentação financeira.

Indicador: Execução Extraorçamentária								
Metodologia: Receita Extraorçamentária/Despesa Extraorçamentária								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
1,01	8%	1,09	-8%	1	0%	1,00	-6%	0,94

De igual modo ao indicador anterior, este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. Assim, verifica-se que nas quatro apurações, houve superávit extraorçamentário.

Indicador: Resultado dos Saldos Financeiros								
Metodologia: Saldo que Passa para o Exercício Seguinte/ Saldo do Exercício Anterior								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
1,16	-3%	1,12	-2%	1,1	6%	1,16	17%	1,36

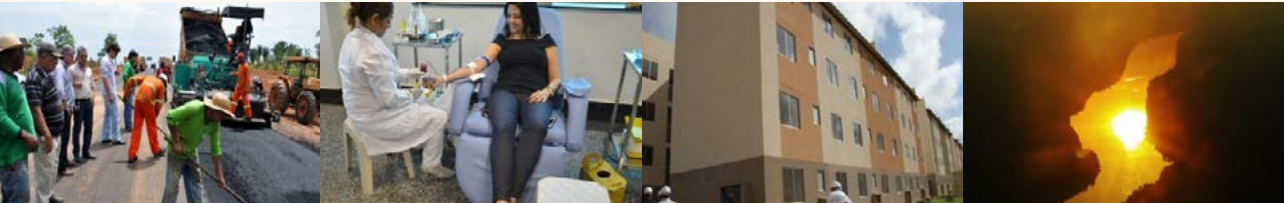
Em relação aos saldos financeiros, verifica-se que nos cinco exercícios foi registrado superávit financeiro, representado por valores superiores a 1, tendo 2016 demonstrado o melhor resultado.

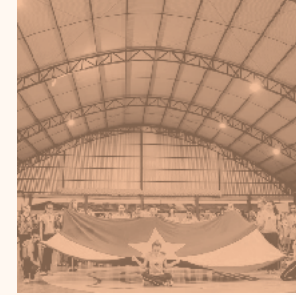
4 Indicador das Variações Patrimoniais

Indicador: Resultado das Variações Patrimoniais								
Metodologia: Total das Variações Ativas/ Total das Variações Passivas								
2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015	Δ%	2016
1,35	-30%	0,95	11%	1,05	3%	1,09	-6%	1,02

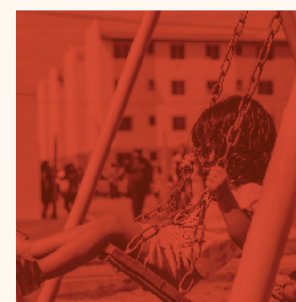
No cotejo entre variações ativas e passivas, obtém-se o resultado das variações patrimoniais.

Ressalte-se que, à exceção do exercício de 2013, o Estado vem apresentando Superávit Patrimonial.



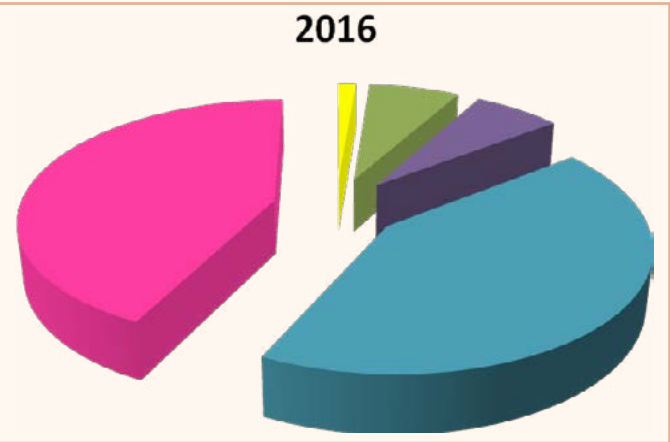


INDICADORES DE GESTÃO

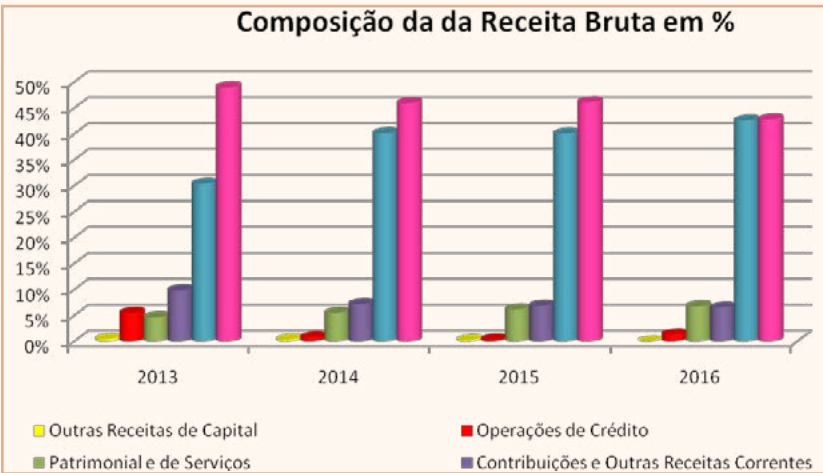


Receita Bruta

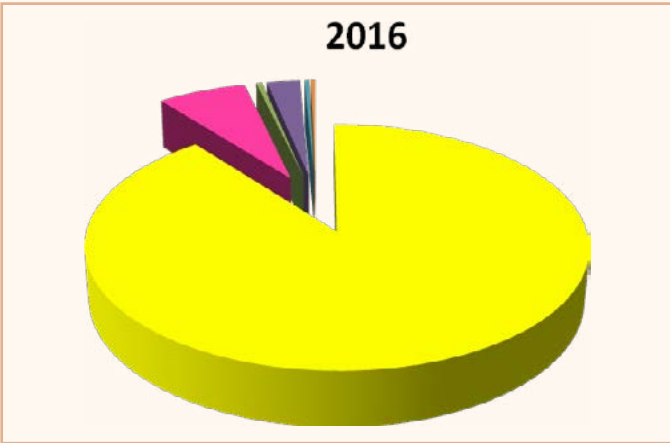
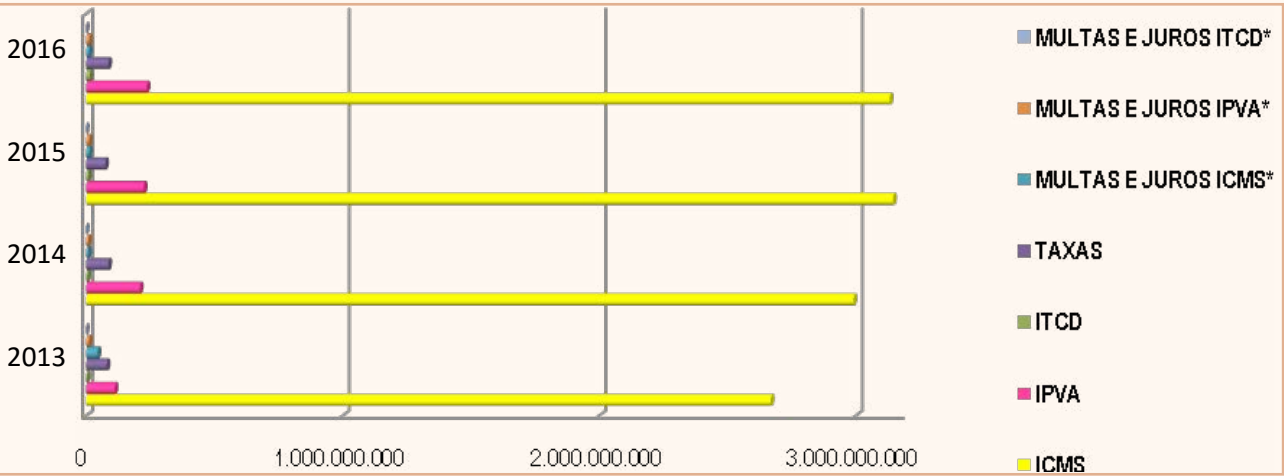
Composição da Receita Bruta	2013	2014	2015	2016
Outras Receitas de Capital	29.519.555,45	28.169.063,34	22.605.169,45	52.343.972,86
Operações de Crédito	347.328.094,06	62.379.901,51	32.855.036,76	117.241.365,75
Patrimonial e de Serviços	294.701.145,93	419.704.097,07	497.984.467,02	599.332.571,53
Contribuições e Outras Receitas Correntes	621.848.358,98	547.984.749,25	552.686.003,91	576.724.566,74
Transferências Correntes	1.913.040.139,28	3.060.421.602,08	3.214.288.607,37	3.766.542.025,23
Tributária	3.083.087.176,80	3.505.169.123,85	3.701.070.043,32	3.785.221.554,77
Receita Bruta	6.289.524.470,50	7.623.828.537,10	8.021.489.327,83	8.897.406.056,88



Composição da Receita Bruta em %



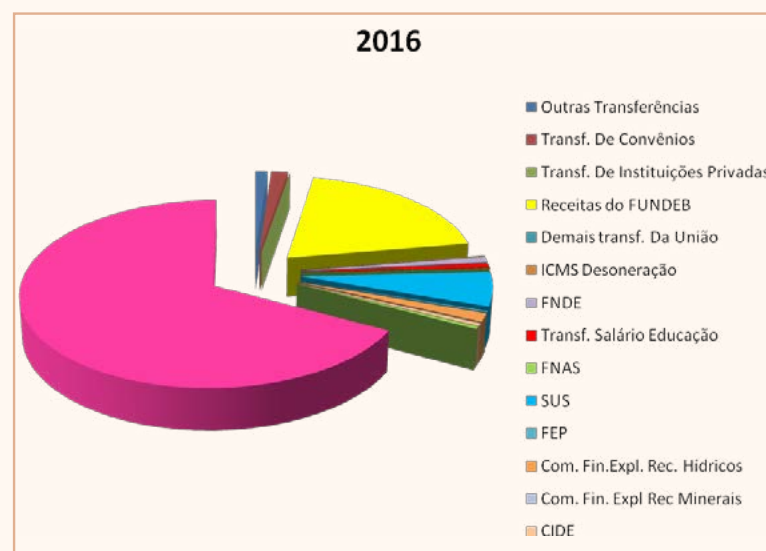
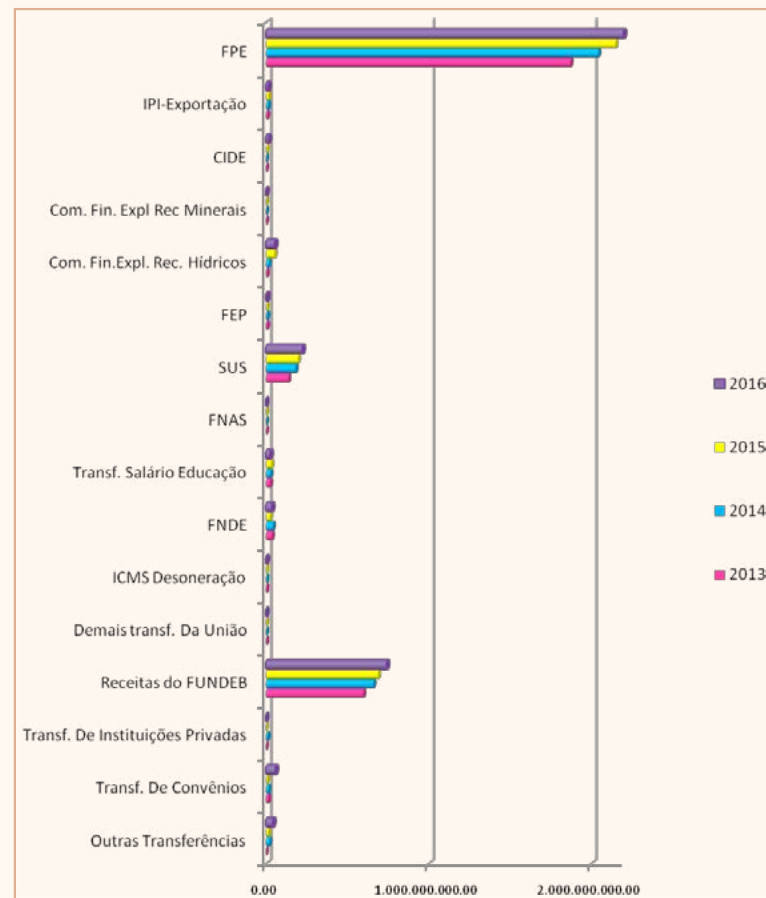
Receita Tributária - Arrecadação de Tributos Estaduais



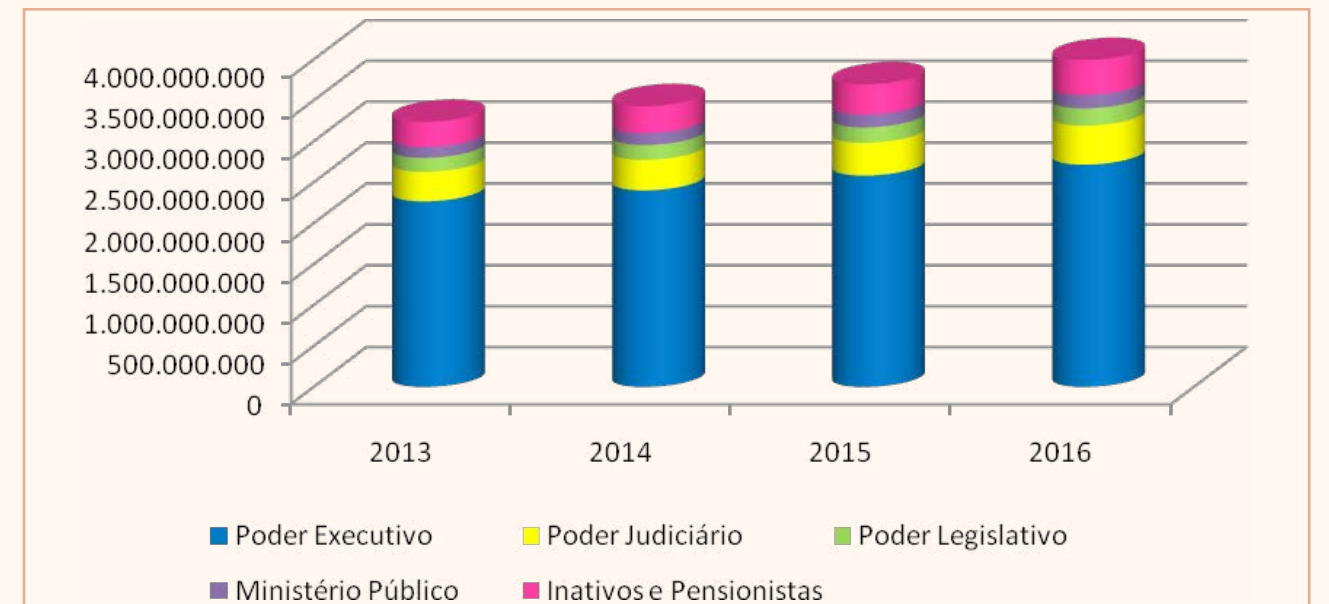
	2013	2014	2015	2016
ICMS	2.669.575.277,83	2.992.856.239,91	3.147.280.165,95	3.133.540.198,08
IPVA	112.300.002,69	210.274.304,14	225.928.840,49	237.457.865,66
ITCD	5.485.193,00	6.607.419,11	9.440.060,91	15.813.487,21
TAXAS	81.032.754,36	87.833.148,40	75.394.424,43	88.031.966,86
MULTAS E JUROS ICMS*	45458724,9	9.256.760,34	12.768.015,73	12.699.158,90
MULTAS E JUROS IPVA*	12320686,8	9.612.450,90	13.307.203,00	13.460.839,98
MULTAS E JUROS ITCD*	426814,11	86.834,48	145.634,14	181.069,83
TOTAL	2.843.925.126,00	2.926.599.453,69	3.316.527.157,28	3.501.184.586,52

Fonte: Anexo 10 – da Lei Federal 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

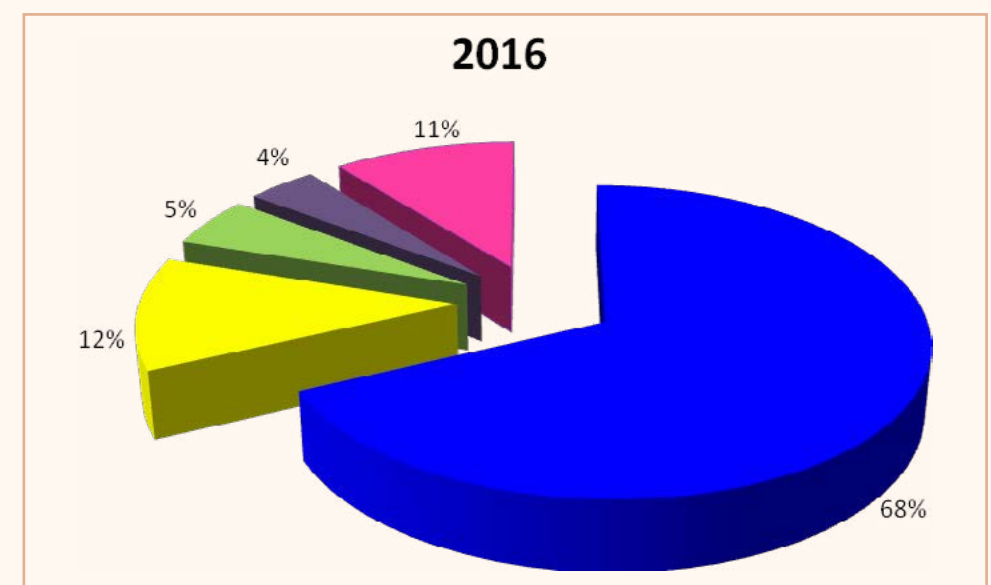
Transferências Recebidas



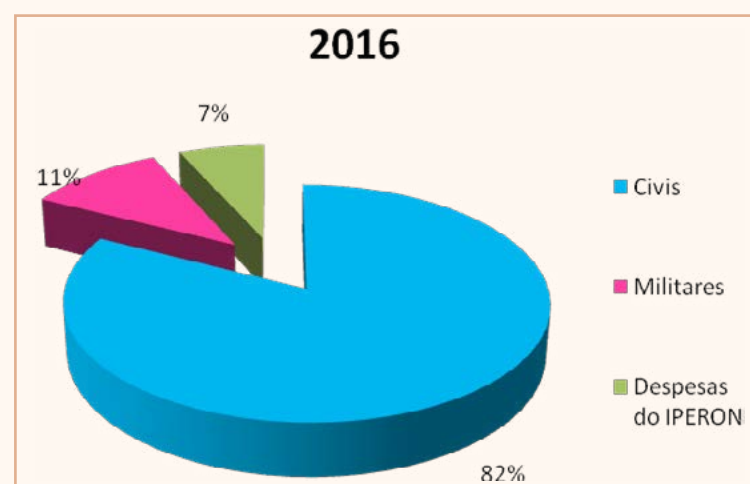
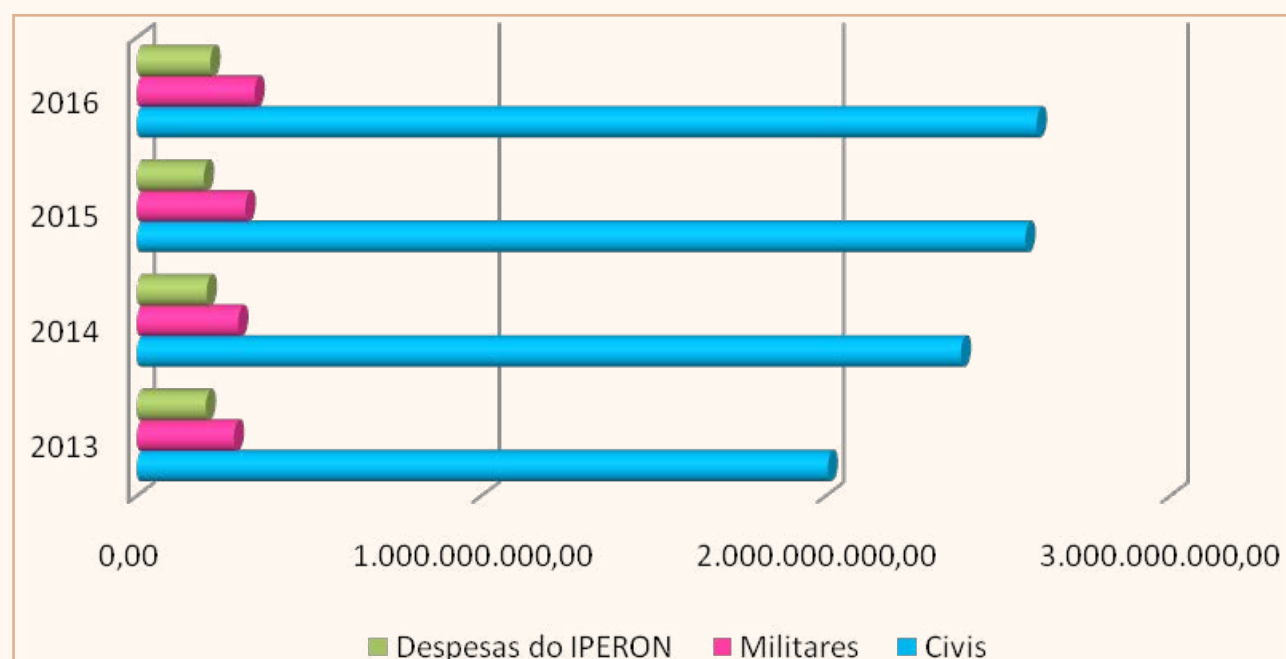
Gasto com Pessoal - Sem encargos - Poderes



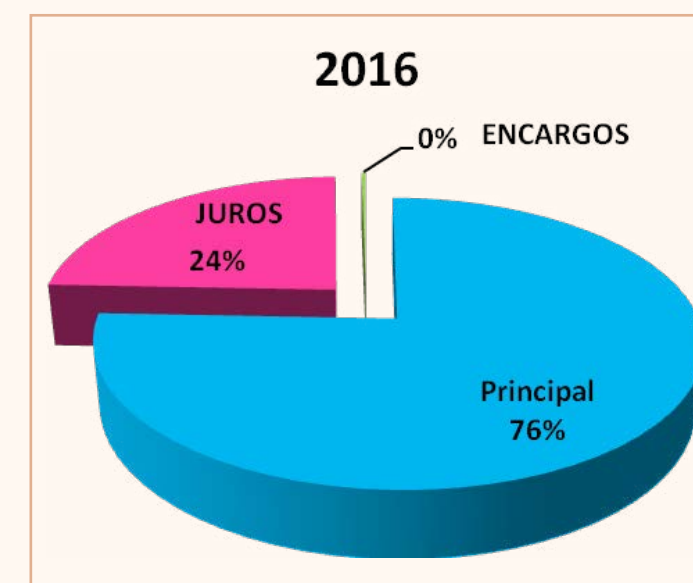
		Realizado	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Máximo
	Valor (1)	%			
Consolidado Geral do Estado	3.433.619.786,21	52,81%	54,00%	57,00%	60,00%
Executivo	2.709.777.981,11	41,68%	44,10%	46,55%	49,00%
Executivo S/Defensoria	2.667.985.524,54	41,03%	0,00%	0,00%	0,00%
Defensoria	41.792.456,57	0,64%	0,00%	0,00%	0,00%
Legislativo - Judiciário e Ministério Público	723.841.805,10	11,13%	9,90%	10,45%	11,00%



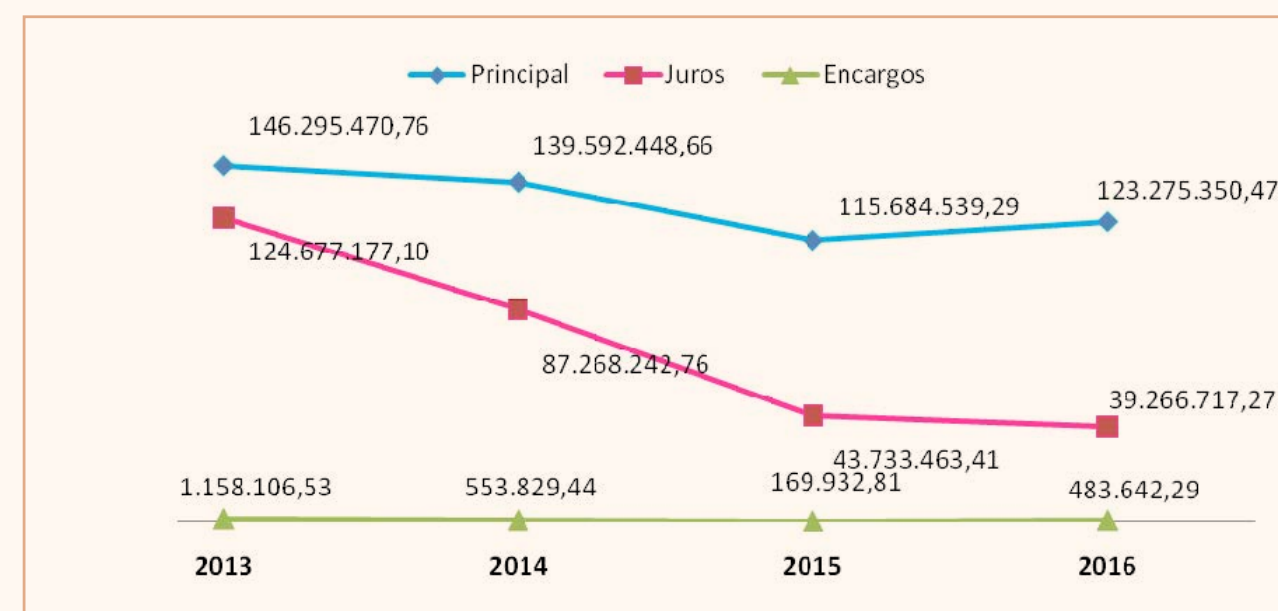
Gasto com Pessoal - Servidores Ativos - Poder Executivo



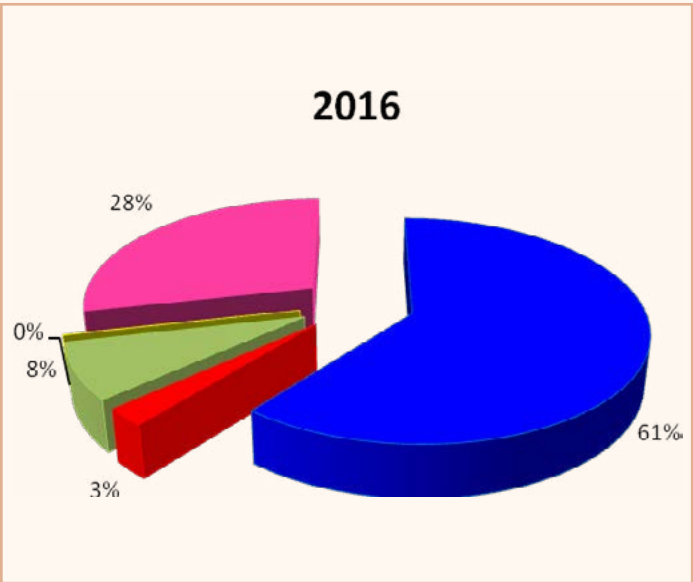
Pagamento de Dívida Pública



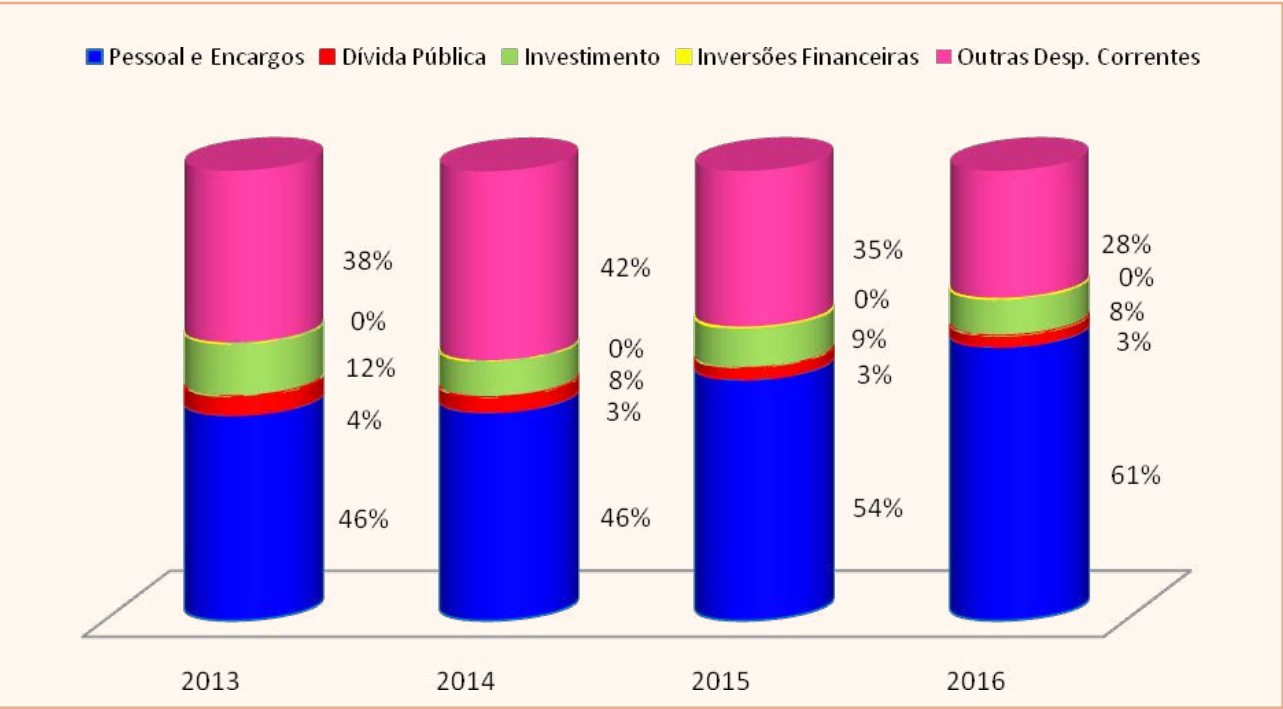
SERVIÇO DA DÍVIDA				
	2013	2014	2015	2016
Principal	146.295.470,76	139.592.448,66	115.684.539,29	123.275.350,47
Juros	124.677.177,10	87.268.242,76	43.733.463,41	39.266.717,27
Encargos	1.158.106,53	553.829,44	169.932,81	483.642,29
TOTAL	272.130.754,39	227.414.520,86	159.587.934,51	163.025.710,03



Despesa por Grupo de Natureza - Consolidado Geral



Grupo de Natureza	2013	2014	2015	2016
Pessoal e Encargos	2.961.959.019,32	3.116.787.177,91	3.336.201.392,45	3.939.650.259,93
Dívida Pública	272.623.791,77	227.414.520,86	159.587.934,51	163.004.495,29
Investimento	759.275.626,08	533.609.949,53	547.273.053,26	523.686.671,56
Inversões Financeiras	-	6.506.718,70	11.080.000,00	3.000.000,00
Outras Desp. Correntes	2.485.250.354,69	2.842.241.978,46	2.168.021.311,03	1.842.031.787,77
Total	6.479.108.791,86	6.726.560.345,46	6.222.163.691,25	6.471.373.214,55

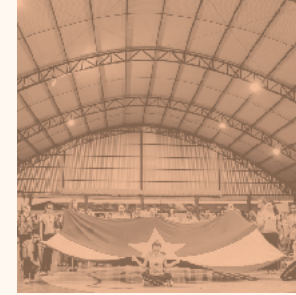


Educação e Saúde - Percentuais de Aplicação

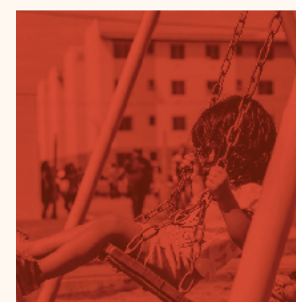


	2013	2014	2015	2016
Educação	26,10%	25,35%	25,87%	25,33%
Saúde	16%	13,67%	14,39%	12,72%





CONSIDERAÇÕES FINAIS



Mensagem do Contador

A apresentação do Balanço Geral do Estado, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas e à sociedade rondoniense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Rondônia, demonstrando os resultados alcançados no exercício de 2016 e propiciar à sociedade instrumentos de controle e accountability.

O Balanço Geral agregou as informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual e consolidou as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o que permite a visão global do resultado do Estado.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compuseram o Balanço buscaram reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade, na busca dos melhores resultados possíveis.

A análise do resultado fiscal do exercício evidenciou o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em educação e saúde, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, o que reflete uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

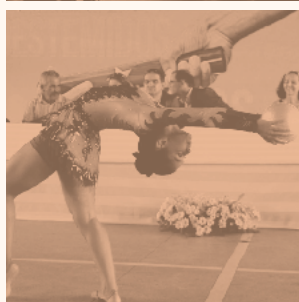
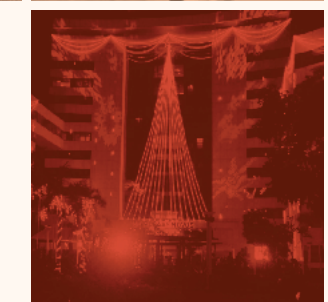
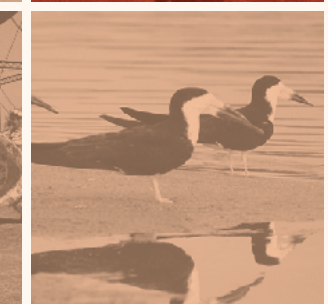
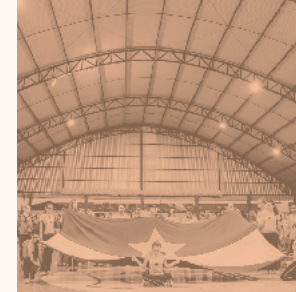
O Balanço Geral do Estado de 2016 estará disponível no sítio da contabilidade estadual (www.contabilidade.ro.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.ro.gov.br), em comprometimento com a transparência das contas públicas.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado de Rondônia de 2016 e, na oportunidade, agradecemos a todos os servidores que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido.

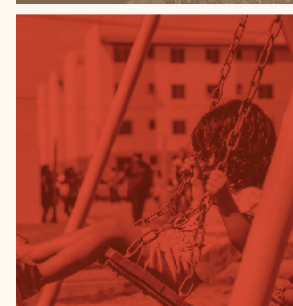
Agradecemos, ainda, ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. Confúcio Aires Moura, ao Secretário de Estado de Finanças, Sr. Wagner Garcia de Freitas, e seu Adjunto, Franco Maegaki Ono, pela confiança e apoio depositados em nosso trabalho.

Superintendência de Contabilidade





LEGISLAÇÃO BÁSICA



Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989.

Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Leis Estaduais

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº. 911/16 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade do Poder Executivo e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 697/12 – Altera dispositivos da Lei Complementar n. 224, de 4 de janeiro de 2000, alterada pela Lei Complementar n. 619, de 26 de maio de 2011, cria e extingue Cargos de Direção Superior e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 154/96 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 3.647/15 – Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL Nº 3.971/14 - Dispõe sobre a alteração de Anexos de que trata a Lei n. 3.647/15, - Plano Plurianual para o período de 2016- 2019.

LEI ESTADUAL nº 3.594/15 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 3.745/15 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016.

Decretos

DECRETO ESTADUAL nº 20.452/2016 – Estabelece o desdobramento das receitas previstas para 2016 em metas mensais e bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso financeiro anual de cotas mensais e bimestrais de dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para o exercício de 2016.

DECRETO ESTADUAL nº 21.300/2016 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016 para Órgãos e Unidades Orçamentárias do Poder Executivo Estadual.

DECRETO ESTADUAL nº 21.522/2016 – Altera dispositivos do Decreto nº 8.867, de 27 de setembro de 1999, que “Institui prazo para entrega da conciliação contábil de contas bancárias da administração pública direta e indireta e medidas de coerção para o seu cumprimento”.

DECRETO ESTADUAL nº 20.339/2015 – Estabelece procedimentos para a regularização contábil dos débitos não autorizados por ordem bancária.

DECRETO ESTADUAL nº 20.315/2015 - Estabelece procedimentos a serem adotados para a manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

DECRETO ESTADUAL nº 21.521/2016 – Institui o Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis de Rondônia - GTCON/RO.

Portarias

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF nº 1/14 – Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA STN nº 700/14 - Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA MINISTÉRIO DA FAZENDA E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 02/2012 – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e aprova as Partes I - Procedimentos Contábeis Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA nº 01/GPG/SEPLAN-2016 – Estabelece o Quadro de Detalhamento de Despesas à nível de elemento de despesa para o exercício financeiro de 2016.

PORTARIA nº 208/GAB/SEFIN-2014 – Aprova as partes I e II do Manual de Procedimentos Contábeis Especiais do Estado de Rondônia – MPCE/RO.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Instruções Normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 13/2004/TCE-RO de 18/11/2004 - Dispõe sobre as informações e documentos a serem encaminhados pelos gestores e demais responsáveis pela Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios de Rondônia; normatiza outras formas de controles pertinentes à fiscalização orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e contábil exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 01/2013/SUPER/SEFIN-RO – Dispõe sobre o registro contábil das parcelas de receitas tributárias destinadas a outros entes.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 01/2015/SUPER/SEFIN-RO – Dispõe sobre contábil de receitas do Estado de Rondônia;

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2015/SUPER/SEFIN-RO – Institui prazo para fechamento do Sistema SIAFEM e dá outras providências.

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - IPC00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade Pública.

Secretaria de Estado de
Finanças



RONDÔNIA
Governo do Estado